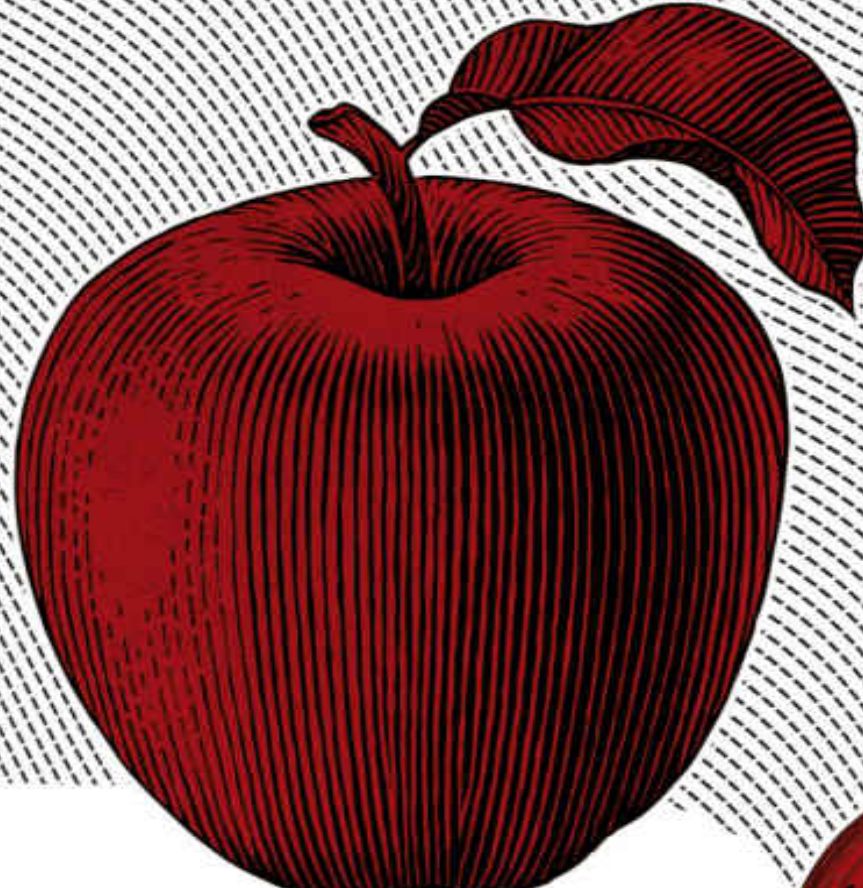
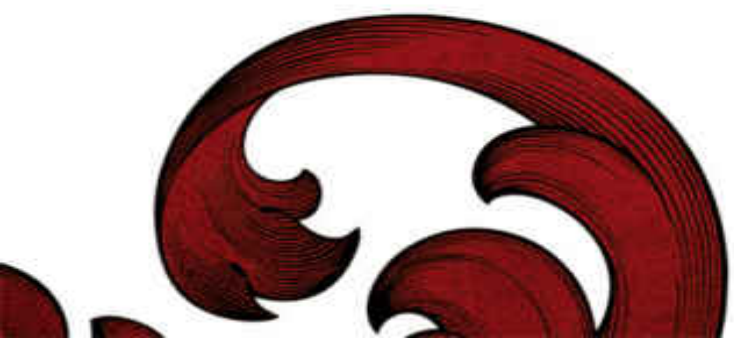




A abolição
do *homem*

C.S.
LEWIS



Edição *especial*



THOMAS NELSON
BRASIL





A abolição
do *homem*

C.S.
LEWIS

Edição *especial*


THOMAS NELSON
BRASIL

A abolição
do *homem*
C.S.
LEWIS

Edição *especial*



THOMAS NELSON
BRASIL



Título original: *The Abolition of Man*

Copyright © The Abolition of Man by CS Lewis © C. S. Lewis Pte Ltd. 1944.
First published by Oxford University Press in 1944. Published by Collins in 1978.
Edição original por HarperCollins *Publishers*. Todos os direitos reservados.
Copyright de tradução © Vida Melhor Editora S.A., 2017.

Todos os direitos desta publicação são reservados por Vida Melhor Editora, S.A.
As citações bíblicas são da *Nova Versão Internacional* (NVI), da Bíblica, Inc., a menos que seja especificada outra versão da Bíblia Sagrada.

Os pontos de vista desta obra são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a posição da Thomas Nelson Brasil, da HarperCollins Christian Publishing ou de sua equipe editorial.

Publisher *Omar de Souza*
Gerente editorial *Samuel Coto*
Editor *André Lodos Tangerino*
Assistente editorial *Bruna Gomes*
Copidesque *Davi Freitas*
Revisão *Mauro Nogueira e Giuliana Castorino*
Projeto gráfico e diagramação *Sonia Peticov*
Capa *Rafael Brum*
Conversão para e-book *Abreu's System*

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

L652a

Lewis, C. S.

A abolição do homem / C. S. Lewis; traduzido por Gabriele Greggersen. 1ª ed. — Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

Tradução de: *The Abolition of Man*
ISBN 9788578602055

1. Filosofia e religião 2. Cristianismo I. Greggersen, Gabrielle II. Título.

17-44455

CDD: 210
CDU: 2-1

Thomas Nelson Brasil é uma marca licenciada à Vida Melhor Editora, S. A.

Todos os direitos reservados à Vida Melhor Editora S.A.
Rua da Quitanda, 86, sala 218 – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Tel.: (21) 3175-1030
www.thomasnelson.com.br

SUMÁRIO

[Capítulo 1 | 1 – Homens sem peito](#)

[Capítulo 1 | 2 – O caminho](#)

[Capítulo 1 | 3 – A abolição do homem](#)

[Apêndice – Exemplos do Tao](#)

[Exemplos do Tao](#)

[1. A lei da benevolência geral](#)

[2. A lei da benevolência especial](#)

[3. Deveres para com parentes, mais velhos e ancestrais](#)

[4. Deveres para com os filhos e a posteridade](#)

[5. A lei da justiça](#)

[6. A lei da boa-fé e da veracidade](#)

[7. A lei da misericórdia](#)

[8. A lei da magnanimidade](#)

[Notas finais](#)

[CAPÍTULO 1 – Homens sem peito](#)

[CAPÍTULO 2 – O caminho](#)

[CAPÍTULO 3 – A abolição do homem](#)

A abolição do *homem*

Clive Staples Lewis (1898-1963) foi um dos gigantes intelectuais do século XX e provavelmente o escritor mais influente de seu tempo. Era professor e tutor de Literatura Inglesa na Universidade de Oxford até 1954, quando foi unanimemente eleito para a cadeira de Inglês Medieval e Renascentista na Universidade de Cambridge, posição que manteve até a aposentadoria. Lewis escreveu mais de 30 livros que lhe permitiram alcançar um vasto público, e suas obras continuam a atrair milhares de novos leitores a cada ano.

*O Mestre disse: Aquele que ataca um
fundamento pelo lado errado destrói toda
a estrutura.*

CONFÚCIO, *Analectos*, II. 16

*Então, ele deu a ordem de matar
E assassinou as criancinhas.*

CANTIGA INGLESA TRADICIONAL

Homens sem peito

Tenho minhas dúvidas se estamos dando a devida atenção à importância de livros-texto usados nas escolas de ensino básico. Esse é o motivo por que eu escolhi, como ponto de partida dessas preleções, um livro didático de língua inglesa destinado aos “meninos e meninas das séries finais”. Não acho que os autores desse livro (havia dois deles) pretendessem prejudicar alguém. E eu lhes devo um agradecimento — ou ao seu editor —, por terem me enviado um exemplar de cortesia, embora, eu não tenha, ao mesmo tempo, nada de bom a dizer deles. E essa é uma situação delicada. Não quero expor ao ridículo dois modestos professores que estão na ativa, já que eles deram o melhor de si, dentro do que estava ao alcance do conhecimento deles, mas não posso me calar sobre o que eu penso ser a tendência real do trabalho deles. Por isso, proponho omitir os nomes e, assim, me referir a esses senhores como Gaio e Tito e ao livro deles como *Livro verde*. Mas eu lhes garanto que esse livro existe e que o tenho na minha biblioteca.

No capítulo dois, Gaio e Tito citam a famosa história de Coleridge junto à queda d’água. Você há de se lembrar de que havia dois turistas presentes: um que a chamou de “sublime” e outro, de “bela”; e que Coleridge endossou o primeiro juízo mentalmente e rejeitou o segundo, horrorizado. Gaio e Tito assim comentam o caso: “Quando o homem disse *Isso é sublime*, parecia fazer uma observação sobre a queda d’água... Na verdade... Ele não estava fazendo nenhum comentário sobre a cachoeira, mas uma observação sobre os seus próprios sentimentos. O que ele realmente quis dizer foi *Na minha cabeça, os meus sentimentos têm a ver com a palavra sublime*. Em suma *Tenho sentimentos sublimes*”. Há uma boa quantidade de questões profundas envolvidas aqui de forma sintetizada. Mas os

autores não param por aí. Eles acrescentam: “Tal confusão permanece presente em nosso linguajar cotidiano. Parece que estamos dizendo algo muito importante sobre alguma coisa; quando, na verdade, estamos apenas dizendo algo referente aos nossos próprios sentimentos”.¹

Antes de analisarmos os temas realmente implicados neste pequeno e significativo parágrafo (que foi planejado, como você deve se lembrar, para as “séries finais”), devemos eliminar mais uma confusão em que Gaio e Tito se meteram. Mesmo na sua própria visão — e em qualquer outra que se possa imaginar — ao dizer *Isso é sublime*, a pessoa não quer dizer *Tenho sentimentos sublimes*. Mesmo se reconhecermos que a noção qualitativa de sublimidade seja simples e unicamente uma projeção de nossas próprias emoções nas coisas, ainda assim, as emoções que incitam as projeções são os correlativos e, portanto, quase os opostos das qualidades projetadas. Os sentimentos que fazem uma pessoa chamar um objeto de sublime não são sentimentos sublimes, mas de veneração. Se quisermos reduzir *Isso é sublime* a qualquer afirmação sobre os sentimentos de quem está falando, a tradução apropriada seria *Tenho sentimentos humildes*. Se a visão sustentada por Gaio e Tito fosse aplicada consistentemente, ela levaria a absurdos evidentes. E os forçaria a ter que sustentar que *Você é desprezível* signifique *Tenho sentimentos desprezíveis*. A rigor, *Seus sentimentos são desprezíveis* significa *Meus sentimentos são desprezíveis*. Mas não percamos tempo nesse, que, na verdade, é o *pons asinorum* de nosso tema. Seria injusto para com Gaio e Tito enfatizar o que, sem dúvida, foi uma mera desatenção.

O aluno que lê essa passagem do *Livro verde* vai acreditar em duas proposições: primeiro, que todas as sentenças que contenham um juízo de valor sejam declarações sobre estados emocionais do emissor; e, segundo, que todas as declarações desse tipo carecem de importância. É bem verdade que Gaio e Tito não disseram nada disso literalmente. Eles apenas trataram um juízo de valor particular (sublime) como algo que descreve as emoções do emissor. Ficou por conta dos próprios alunos estenderem o mesmo tratamento a todos os juízos de valor; sem o menor obstáculo para levar isto em sua jornada. Os autores podem ou não ter tido esta intenção; podem

não ter refletido sequer cinco minutos sobre isso. Não me interessa o que eles pretendiam ou não provocar, mas o efeito que o seu livro certamente terá sobre a mente desse aluno. Da mesma forma, eles tampouco disseram que juízos de valor não são importantes. Suas palavras são “*parece* que estamos dizendo algo muito importante”, quando, na verdade, “estamos *apenas* dizendo algo referente aos nossos próprios sentimentos”. Nenhum aluno estará em condições de resistir à sugestão emanada pela palavra *apenas*. Claro que não quero dizer que ele fará alguma dedução consciente, a partir de sua leitura, para uma teoria filosófica geral na qual todos os valores são subjetivos e triviais. O próprio poder das palavras de Gaio e Tito depende do fato de que eles estão lidando com um garoto; um garoto que supõe estar se preparando para as provas de inglês e não tem noção de que a ética, a teologia e a política estão em jogo. Não se trata de uma teoria sendo incutida em sua cabeça, mas de um pressuposto que, daqui a mais dez anos, quando suas origens estiverem esquecidas e sua presença for inconsciente, irá condicioná-lo a tomar um posicionamento na controvérsia, a qual ele nunca reconhecerá sequer como controvérsia. Suspeito que, provavelmente, os próprios autores não têm consciência do que estão fazendo com o garoto, tampouco este desconfiará do que lhe está sendo feito.

Antes de examinar as credenciais filosóficas do posicionamento adotado por Gaio e Tito sobre valores, gostaria de mostrar seus efeitos práticos no processo educacional. No capítulo 4, eles citaram uma propaganda tola de um cruzeiro marítimo e continuam incitando os seus alunos contra o tipo de linguagem empregada por ela.² O anúncio diz que todos aqueles que adquirirem passagens para esse cruzeiro irão “transpor o Oceano Atlântico por onde Drake de Devon navegou”³, “em busca do tesouro das Índias”, levando para casa um “tesouro” de “momentos dourados” e “cores cintilantes”. É claro que se trata de um exemplo de péssima redação; uma exploração banal e sentimentalista das emoções de veneração e prazer que as pessoas sentem quando visitam lugares muito associados à história ou a lendas. Se os autores tivessem se mantido em seu campo de especialidade e ensinado os leitores a arte da redação em língua inglesa (como prometeram fazer), sua obrigação seria colocar essa

propaganda lado a lado com passagens de grandes autores em que essa mesma emoção recebe o tratamento adequado e depois mostrar a diferença.

Eles poderiam ter usado a famosa passagem de Johnson em *Western Islands* [Ilhas ocidentais], que conclui: “Pouco há para se invejar em um homem cujo patriotismo não tenha se intensificado na planície de Maratona ou cuja piedade ganhado força entre as ruínas de Iona”.⁴ Poderiam também ter escolhido aquele trecho de *The Prelude* [O prelúdio] em que Wordsworth descreve como a antiguidade de Londres se revelou diante dele, pela primeira vez, com “força e poder, e esse poder crescia debaixo da força”.⁵ Teria valido a pena ensinar uma lição que comparasse esse tipo de literatura com a propaganda e que, de fato, discernisse o bem do mal. Haveria nela algum “sangue e seiva” — árvores do conhecimento e da vida crescendo juntas. E ainda com o mérito de ensinar literatura; assunto no qual Gaio e Tito se mostram, apesar de seu professo propósito, excepcionalmente tímidos.

O que eles fizeram, na verdade, foi destacar que o luxuoso navio a motor não navegaria de fato nas mesmas águas transpostas por Drake, que os turistas não teriam nenhuma aventura, que os tesouros que eles trariam para casa seriam de natureza puramente metafórica e que uma viagem para Margate já seria o suficiente para lhes trazer “todo lazer e descanso” de que necessitavam.⁶ Tudo isso é muito verdadeiro; porém, talentos inferiores àqueles de Gaio e Tito teriam sido suficientes para chegar a essas conclusões. O que eles não perceberam, ou não deram importância, foi que grande parte da literatura boa que lida com o mesmo tipo de emoção pode receber um tratamento muito parecido. O que, afinal de contas, a história do cristianismo primitivo britânico, de um ponto de vista puramente racional, pode acrescentar aos motivos para a piedade que existiam no século XVIII? Por que a taberna do Sr. Wordsworth deveria ser mais confortável, ou o ar de Londres mais saudável, só porque a cidade é antiga? Agora, se houver algum obstáculo que impeça um crítico de “menosprezar” Johnson e Wordsworth (e Lamb, e Virgílio, e Thomas Brown, e o Sr. de la Mare) da mesma forma que o *Livro verde* menosprezou a propaganda, Gaio e Tito não deram nenhuma dica para seus estudantes de qual seria.

O estudante não aprenderá absolutamente nada de literatura com base nessa passagem. O que ele adquirirá com bastante rapidez, e talvez de forma indelével, é a crença de que todas as emoções associadas a lugares são, em si mesmas, contrárias à razão e desprezíveis. Ele não terá noção de que há duas formas para se tornar imune a tal propaganda — de que ela é igualmente inútil para aqueles que estão acima dela e para os que estão abaixo dela, para aquele homem de sensibilidade real e para o primata civilizado que nunca imaginou o Atlântico como algo mais do que milhões de toneladas de água salgada e gelada. Existem dois tipos de homens a quem não adianta oferecer um artigo de opinião falaciosa sobre patriotismo e honra: um é o covarde; o outro é o homem honrado e patriota. Nada disso é apresentado ao aluno. Pelo contrário, ele é encorajado a rejeitar a atratividade do “Oceano Ocidental” com base no argumento bem perigoso de que, ao fazê-lo, ele provará ser um camarada esperto, que não pode ser enganado por especulações baratas. Ao mesmo tempo em que Gaio e Tito não lhe ensinam nada sobre letras, extirpam de sua alma, muito antes de ter crescido o bastante para escolher, a possibilidade de ter experiências defendidas por pensadores de maior autoridade como generosas, frutíferas e humanas.

Entretanto, isso não vale só para Gaio e Tito. Outro livreto, cujo autor vou chamar de Orbílio, escolheu “depreciar” um pequeno e tolo trecho sobre cavalos, em que esses animais são louvados por serem “servos voluntários” dos antigos colonos da Austrália⁷, e ele cai na mesma armadilha que Gaio e Tito. Ele não diz uma só palavra a respeito de Ruksh e Sleipnir, nem sobre os corcéis lacrimajantes de Aquiles, nem dos cavalos guerreiros do livro de Jó — nem mesmo do Irmão Coelho das fábulas infantis de Pedro, o Coelho —, nem da pré-histórica piedade dos homens pelo “nosso irmão boi”, de nenhum desses tratamentos semiantropomórficos que damos aos animais na história da humanidade e na literatura, onde quer que eles encontrem expressões nobres ou mordazes.⁸ Nem mesmo dos problemas da psicologia animal, conforme abordados pela ciência, ele fala, contentando-se em explicar que os cavalos não estão, *secundum litteram*, interessados na expansão colonial.⁹ Esse tanto de informação é, de fato, tudo o que os seus alunos

conseguem obter do autor. Por que essa composição diante deles é má, enquanto outras, que poderiam ser acusadas das mesmas coisas, são boas, ele não explica. Os alunos tampouco aprendem sobre as duas espécies de pessoas que estão, respectivamente, acima e abaixo do perigo que tal escrita proporciona — aquele que realmente conhece cavalos e os ama, não como ilusões antropomórficas, mas com amor comum; e o irremediável e mesquinho homem urbano, para quem um cavalo é um mero meio de transporte antiquado. Os alunos terão perdido qualquer prazer em seus pôneis e cachorros; terão recebido certo incentivo à crueldade ou à negligência; e terão aprendido a ter prazer em sua própria sabedoria. Essa é a lição do dia que eles teriam recebido em língua inglesa, embora não tivessem aprendido nada de inglês. Outra pequena porção da herança humana pode ter-lhes sido roubada antes mesmo que tivessem idade suficiente para entender.

Até aqui, parti do pressuposto de que professores, como Gaio e Tito, não têm uma visão geral do que estão fazendo, portanto, não pretendem que sua ação gere consequências de maior alcance do que de fato terá. É claro que há outra possibilidade. O que eu chamei (partindo do pressuposto de sua concordância com certo sistema tradicional de valores) de “primata civilizado” e de “homem urbano mesquinho” pode ser, precisamente, o tipo de pessoa que eles, de fato, querem produzir. Nesse caso, nossas diferenças serão insuperáveis. Eles podem realmente querer defender que os sentimentos humanos comuns sobre o passado, ou animais, ou grandes quedas d’água sejam contrários à razão e desprezíveis, devendo ser erradicados. Eles podem estar pretendendo fazer uma limpa nos valores tradicionais e dar início a um novo conjunto de valores. Essa posição será discutida mais adiante. Se é essa a posição que Gaio e Tito estão defendendo, devo, por hora, contentar-me em destacar que se trata de uma posição filosófica, não literária. Ao encherem o livro desse tipo de coisa, eles foram injustos para com os pais ou com o diretor que adquiriu uma obra de filósofos amadores, quando, na verdade, esperava ter comprado uma obra de gramáticos profissionais. Uma pessoa poderia ficar chateada se o seu filho voltasse do dentista com os seus dentes

intocados e a sua cabeça entupida de *obiter dicta* do dentista sobre bimetalismo ou a teoria baconiana.

No entanto, duvido que Gaio e Tito realmente tenham planejado, sob o pretexto de ensinar inglês, propagar sua filosofia. Penso que eles recaíram nisso pelos motivos a seguir. Primeiro, a crítica literária é difícil, e o que eles fazem, na verdade, é bem mais fácil. Explicar por que o tratamento inadequado de algumas emoções humanas resulta em literatura de má qualidade é, se excluirmos todos os ataques altamente questionáveis à emoção em si, algo muito complicado de se fazer. Penso que até o Dr. Richards, o primeiro a enfrentar o problema da má qualidade na literatura, tenha falhado em fazê-lo. “Menosprezar” as emoções, com base em um senso comum racionalista, é possível praticamente a qualquer um. Em segundo lugar, penso que Gaio e Tito podem ter honestamente compreendido mal a necessidade educacional mais urgente do momento. Eles veem o mundo a seu redor abalado pela propaganda de natureza emotiva — aprenderam a partir da tradição que a juventude é sentimental — e concluem que a melhor coisa a fazer é fortalecer as mentes dos jovens contra as emoções. Minha própria experiência como professor diz o contrário. Para cada aluno meu que precisa ser protegido contra um leve excesso de sensibilidade, há três que precisam ser despertados do sono da fria vulgaridade. A tarefa do educador moderno não é derrubar florestas, mas irrigar desertos. A defesa certa contra sentimentalismos falaciosos é incutir sentimentos corretos. Quando ajudamos a sensibilidade dos nossos jovens a morrer de inanição, o que fazemos é só torná-los presas mais fáceis do propagandista. Pois a natureza faminta será vingada e um coração duro não é proteção infalível contra a insensatez.

Porém, há uma terceira e mais profunda razão para o procedimento adotado por Gaio e Tito. Eles podem estar perfeitamente prontos para admitir que uma boa educação deve construir certos sentimentos, enquanto destrói outros. É possível até que eles estejam se empenhando nisso, mas é impossível serem bem-sucedidos. Não importa o que eles façam, é o lado “depreciador” de sua obra, e somente esse lado, que vai nos dizer a verdade. Para entender essa necessidade, vou ter que fazer uma breve e clara digressão para mostrar que o que pode ser chamado

de situação educacional de Gaio e Tito da de todos os seus precursores.

Até os tempos modernos recentes, todos os professores, bem como as pessoas em geral, acreditavam ser o universo de tal natureza que certas reações emocionais da nossa parte poderiam concordar ou não com ele — acreditavam realmente que os objetos não eram meros receptores, mas poderiam *merecer* nossa aprovação ou desaprovação, nossa reverência ou nosso desdém. A razão por que Coleridge concordou com o turista que chamou a catarata de sublime e discordou daquele que a chamou de bela foi, óbvio, por acreditar que a natureza inanimada era tal que certas respostas pudessem ser mais “justas” ou “ordenadas” ou “apropriadas” do que outras. E ele acreditava (com toda a razão) que os turistas pensavam da mesma forma. O homem que chamou a catarata de sublime não tinha a simples intenção de descrever as suas próprias emoções; ele também estava reivindicando que esse objeto era algo que *merecia* esse sentimento. Porém, nada haveria para concordar ou discordar dessa afirmação. Discordar de *isso é belo* se essas palavras simplesmente descrevessem os sentimentos da moça, seria absurdo! Se ela tivesse dito *estou me sentindo mal*, Coleridge dificilmente responderia *não, eu me sinto muito bem*. Shelley adota a mesma crença quando, tendo comparado a sensibilidade humana com uma lira eólica, vai além, e acrescenta que a sensibilidade se distingue da lira por ter o poder de “ajuste interno”, de “acomodar as suas cordas aos movimentos daquilo que a toca.”¹⁰ “Alguém pode ser justo”, pergunta Traherne, “a não ser que renda às coisas o respeito que lhes é devida? Todas as coisas foram feitas para ser suas e você foi feito para louvá-las de acordo com o valor delas”.¹¹

Santo Agostinho define a virtude como *ordo amoris*, a condição ordenada das afeições, em que cada objeto está de acordo com aquele tipo de grau de amor apropriado para ele.¹² Aristóteles diz que o objetivo da educação é nos deleitarmos e sofrermos com as coisas que nos devem causar deleite ou sofrimento.¹³ Ao chegar à idade do pensamento reflexivo, o aluno que foi assim treinado em “afeições ordenadas” ou “sentimentos justos” terá facilidade em descobrir os primeiros princípios da Ética; mas, para o homem

corrupto, tais princípios jamais serão visíveis e ele não poderá ter progresso algum nessa ciência.¹⁴ Platão disse o mesmo antes dele. O animalzinho humano não terá a resposta correta a princípio. Ele terá que ser treinado para sentir prazer, gosto, desgosto e raiva daquelas coisas que sejam realmente prazerosas, agradáveis, desagradáveis e odiosas.¹⁵ Na *República*, o jovem bem nutrido é uma pessoa “que veria com mais clareza aquilo que está errado em obras malfeitas do ser humano ou em obras deformadas da natureza e, com um desgosto justo, ele censuraria e odiaria o feio — mesmo ainda na mais tenra idade — e renderia graças à beleza, recebendo-a em sua alma e sendo nutrido por ela, de modo que ele se tornasse um homem de coração gentil. Tudo isso antes mesmo de ele ingressar na idade do raciocínio; de modo que quando a Razão introduzir-se em sua vida, então, graças à forma como foi criado, ele estenderá as mãos para dar as boas-vindas e reconhecê-la, por causa da afinidade que tem com ela”.¹⁶ No hinduísmo antigo, essa conduta do homem, que pode ser chamada de boa, consistia na conformidade ou quase na participação de *Rta* — aquele grande ritual ou padrão da natureza e do sobrenatural revelado de igual forma na ordem cósmica, nas virtudes morais e no cerimonial do templo. A justiça, a retidão, a ordem e a *Rta* são constantemente identificadas com *satya* ou a verdade, correspondência com a realidade. Da mesma forma que Platão dizia que o bem estava “além da existência”, e Wordsworth, que por meio da virtude as estrelas eram fortes, os mestres indianos também diziam que os próprios deuses nascem da *Rta* e lhe obedecem.¹⁷

O chineses também falam de uma coisa grandiosa (a maior de todas) chamada *Tao*. Trata-se da realidade que vai além de todas as situações, o abismo que havia antes do próprio Criador. Trata-se da Natureza, do Caminho, da Estrada, da Via. Trata-se do Caminho pelo qual o universo caminha, do qual emergem as coisas de forma eterna, silenciosa e tranquila para o espaço e o tempo. Trata-se também da Via que todo homem deve trilhar, imitando o progresso cósmico e supercósmico, conformando todas as atividades àquele grande exemplar.¹⁸ “No ritual”, dizem os *analectos*, “é a harmonia com a Natureza que é louvada”.²⁰ À semelhança disso, os judeus antigos louvam a Lei como “verdadeira”.¹⁹

Passarei a me referir a essa concepção, em todas as suas formas — seja a platônica, aristotélica, estoica, cristã ou oriental em igual medida —, breve e simplesmente como “o *Tao*”. Alguns dos exemplos citados podem parecer, para muitos, meramente excêntricos ou mesmo mágicos, mas o que é comum a todos e algo que não podemos negligenciar é a doutrina do valor objetivo, a convicção de que certas atitudes são realmente verdadeiras, e outras realmente falsas em relação ao que é o universo e o que somos. Aqueles que conhecem o *Tao* podem sustentar que chamar as crianças de adoráveis ou os velinhos de veneráveis não significa simplesmente registrar um fato psicológico sobre nossas próprias emoções parentais ou filiais naquele momento, mas reconhecer certa qualidade que *demand*a uma resposta, independentemente se a demos ou não. Eu mesmo não aprecio a companhia de crianças pequenas; mas já que falo a partir do interior do *Tao*, reconheço que esse é um defeito meu — da mesma forma que uma pessoa pode ter que reconhecer que é surda ou daltônica. E porque nossas aprovações e desaprovações são, portanto, reconhecimentos de valores objetivos ou respostas a uma ordem objetiva, os estados emocionais podem estar em harmonia com a razão (quando sentimos gosto por aquilo que merece aprovação) ou em desarmonia com ela (quando percebemos que deveríamos gostar de algo, mas não conseguimos fazê-lo). Nenhuma emoção é, em si mesma, um juízo; nesse sentido, todas as emoções e sentimentos são alógicas, mas elas podem ser racionais ou irracionais quando se conformam ou deixam de se conformar à razão. O coração nunca toma o lugar da mente; mas ele pode, e deve, obedecê-lo.

O mundo do *Livro verde* se arma totalmente contra isso. Nele, a própria possibilidade de um sentimento ser racional — ou mesmo irracional — foi excluída logo de cara. Pode ser racional ou irracional apenas no caso de se conformar ou deixar de se conformar a outra coisa. Dizer que a catarata é sublime significa dizer que nossa emoção de humildade é apropriada ou coordenada com a realidade e, assim, falar de algo que vai além da emoção; de igual modo, dizer que um sapato serve é falar não apenas do sapato, mas também dos pés. Mas essa referência a algo além da emoção é o que Gaio

e Tito excluem da própria sentença que carrega um juízo de valor. Tais afirmações, para eles, referem-se somente à emoção. E a emoção, assim considerada isoladamente, não pode nem concordar nem discordar da razão. Ela é irracional, não da mesma forma que um paralogismo, mas como um evento físico; ela não se eleva nem mesmo à dignidade de um erro. De acordo com essa visão, o mundo dos fatos, sem um só traço de valor, e o mundo dos sentimentos, sem um só traço de verdade ou falsidade, justiça ou injustiça, entram em confronto, sem que haja qualquer possibilidade de *aproximação*.

Portanto, o problema educacional se configura completamente diferente dependendo de onde você se coloca, dentro ou fora do *Tao*. Para aqueles que estão dentro, a tarefa essencial se encontra em treinar no aluno aquelas reações que são em si mesmas apropriadas, quer alguém as esteja assumindo ou não, e em fazer aquilo de que consiste a natureza do homem. Aqueles que estão fora, pela lógica, deveriam se remeter aos sentimentos como sendo todos igualmente não racionais, como névoas que se interpõem entre nós e os objetos reais. O efeito disso é que eles têm que se decidir entre remover da mente do aluno o máximo de sentimentos possível, encorajando assim alguns sentimentos por motivos que nada têm a ver com sua “justiça” ou “apropriação” intrínsecas. Essa última alternativa os envolve no duvidoso processo de criar em outros, por meio de “sugestão” ou encantação, uma miragem que a sua própria razão havia conseguido dissipar com sucesso.

Talvez isso se torne mais claro se tomarmos um exemplo concreto. Quando um pai romano dizia ao seu filho que morrer pelo país era uma coisa doce e digna de se fazer, este acreditava no que lhe fora dito. O pai estava comunicando ao filho uma emoção que ele mesmo compartilhava e acreditava como morte digna. Ele estava dando ao garoto o melhor de si, doando parte do seu espírito para humanizá-lo, da mesma forma que ele havia doado parte do seu corpo para concebê-lo. Mas Gaio e Tito não conseguem acreditar que o pai ao chamar tal morte de doce e digna estivesse dizendo “qualquer coisa importante sobre algo”. O próprio método de depreciação de Gaio e Tito se voltaria contra eles se tentassem fazer isso, porque a morte não é para ser comida e, por isso, não

pode ser *dulce* no sentido literal, também é improvável que as sensações reais que a precedem pudessem ser *dulce*, nem mesmo por analogia. E quanto ao *decorum* trata-se apenas de uma palavra para descrever como outras pessoas se sentiriam ao pensarem sobre a própria morte, o que não deve acontecer com muita frequência e certamente não lhes fará bem algum. Só há duas possibilidades abertas para Gaio e Tito; ou eles devem trilhar todo o caminho e menosprezar este, bem como qualquer outro sentimento, ou devem se preparar para produzir, de fora, um sentimento que eles acreditam não possuir nenhum valor para o aluno e que pode lhe custar a vida, porque é útil para nós (os sobreviventes) que nossos jovens devam sentir isso. Se eles optarem pelo segundo caminho, a diferença entre a velha e a nova educação será significativa. Enquanto a velha se empenhava numa iniciação, a nova meramente “condiciona”. A velha lidava com os seus alunos como pássaros adultos lidam com os filhotes quando lhes ensinam a voar; a nova lida com eles mais como um domesticador de aves que lida com jovens pássaros — fazendo-lhes isso ou aquilo com um propósito que as próprias aves desconhecem. Em uma palavra, a antiga era uma espécie de difusão — homens transmitindo humanidade para outros homens; a nova não passa de propaganda.

Deve-se admitir, em favor de Gaio e Tito, que eles abraçam a primeira alternativa. A propaganda é a sua abominação; não porque sua própria filosofia dê um motivo para condená-la (ou qualquer outra coisa), mas porque eles são melhores do que os seus próprios princípios. Eles provavelmente têm uma vaga noção (vou examinar isso mais adiante) de que o valor, a boa-fé e a justiça poderiam ser suficientemente recomendados para o aluno, com base no que eles chamam de motivos “racionais”, “biológicos” ou “modernos”, caso isso se torne necessário. Nesse meio tempo, eles deixam o assunto como está e seguem menosprezando a torto e a direito.

Entretanto, esse caminho, embora menos desumano, não é menos desastroso do que a alternativa oposta de propaganda cínica. Vamos supor, por um momento, que as virtudes mais duras pudessem realmente ser justificadas teoricamente sem nenhum apelo aos valores objetivos. Continua valendo que nenhum juízo de valor seja capaz de habilitar o homem a ser virtuoso. Sem o auxílio

das emoções treinadas, o intelecto é impotente contra o organismo animal. Eu antes jogaria cartas com uma pessoa que fosse cética em relação aos valores éticos, mas criada para crer que “cavalheiros não trapaceiam”, do que com um filósofo moral irrepreensível, que tenha sido criado entre trapaceiros. Numa batalha, não é o silogismo que irá manter os nervos e músculos relutantes a postos na terceira hora do bombardeio. O mais rude sentimentalismo (que Gaio e Tito tanto desprezam) sobre uma bandeira, um país ou regimento seria de mais utilidade. Fomos instruídos quanto a isso há muito tempo por Platão. Da mesma forma que o rei governa por meio de sua nobreza, a Razão no homem deve governar os meros apetites por meio do “elemento essencial”.²¹ A cabeça governa os membros inferiores por meio do peito — que é o trono, de que nos fala Alanus, da Magnanimidade²², de emoções organizadas pelo treinamento do hábito para ter sentimentos estáveis. Sentimento-Magnanimidade-Peito — esses são os oficiais da relação amorosa entre o homem cerebral e o visceral, pois pelo intelecto ele é simples espírito e por seu apetite, mero animal.

A operação do *Livro verde* e de gêneros semelhantes é produzir o que pode ser chamado de Homens sem peito. Trata-se de um ultraje o fato de usualmente se falar deles como intelectuais. Isso lhes dá a chance de dizer que um ataque a eles é um atentando contra a inteligência. Não é bem assim. Eles não se destacam de outros seres humanos por possuírem qualquer habilidade especial para descobrir a verdade, nem [por demonstrarem] qualquer ardor casto ao persegui-la. Na verdade, seria estranho se eles se mostrassem assim; uma devoção perseverante à verdade, um belo senso de honra intelectual, não podem ser sustentados por muito tempo sem o auxílio do tipo de sentimento que Gaio e Tito menosprezariam tão prontamente quanto quaisquer outros. Não é o excesso de pensamento, mas uma carência de emoções férteis e generosas, que os marca. Suas cabeças não são maiores do que as ordinárias; é a atrofia do peito, que se situa abaixo, que os faz parecer assim.

E o tempo todo — tal é a situação tragicômica em que nos encontramos — nós continuamos a clamar por aquelas qualidades precisas que admitimos serem impossíveis. Dificilmente você

poderia abrir um periódico sem tropeçar na afirmação de que nossa civilização precisa de mais “movimento”, ou dinamismo, ou abnegação ou “criatividade”. Em uma espécie de ingenuidade macabra, removemos o órgão e demandamos sua função. Criamos os homens sem peito e esperamos deles a virtude e a iniciativa. Zombamos da honra e ficamos chocados ao encontrar traidores em nosso meio. Nós os castramos e exigimos dos castrados que sejam frutíferos.

*O homem nobre dedica seus esforços às
Raízes.*

CONFÚCIO, *Analectos*, i.2

O caminho

A consequência prática da educação no espírito do *Livro verde* deve ser a destruição de uma sociedade que o aceita, mas isso não é necessariamente uma refutação da teoria do subjetivismo dos valores. A verdadeira doutrina pode ser tal que, se a aceitarmos, morreremos. Ninguém que fala a partir de dentro do *Tao* poderia rejeitá-la por tal motivo: ἐν δὲ φάει καὶ ὄλεσσον.¹ Mas ainda não chegamos a esse ponto. Há outras dificuldades de natureza teórica na filosofia de Gaio e Tito.

Por mais subjetivistas que eles possam ser em relação a alguns valores tradicionais, Gaio e Tito mostraram, pela própria iniciativa de escrever o *Livro verde*, que deve haver outros valores que, para eles, nada têm de subjetivos. Eles escrevem para produzir certos estados de espírito na nova geração, não propriamente por achar que esses estados de espírito sejam intrinsecamente justos ou bons, mas certamente porque supõem que sejam o meio para algum estado de sociedade que consideram desejável. Não seria difícil extrair de várias passagens do *Livro verde* qual o seu ideal. Mas não precisamos chegar a esse ponto. O importante não é a natureza precisa de sua finalidade, mas o fato de eles terem tido uma finalidade qualquer. Eles tinham que tê-la tido, do contrário, o seu livro (sendo puramente prático em sua intenção) teria sido escrito de forma despropositada. E tal finalidade precisava ter grande valor aos olhos deles. Seria um subterfúgio abster-se de chamá-la de boa e usar, em vez disso, predicados como “necessária”, “progressiva” ou “eficiente”. Num debate, eles poderiam ser forçados a responder às questões “necessário para quê?”, “progredindo rumo a quê?” e “eficiente para quê?”, tendo então que admitir, por fim, que alguns estados de coisas são bons

por si próprios, mesmo na opinião deles. E, dessa vez, eles não poderiam alegar que “bom” descreve somente as suas próprias emoções, porque o único propósito do livro é condicionar o jovem leitor a concordar com suas opiniões, o que seria a tentativa de um tolo ou de um vilão, a não ser que eles sustentassem que suas opiniões são de alguma forma válidas ou corretas.

Gaio e Tito, na verdade, revelam-se como autores que sustentam, com um dogmatismo completamente acrítico, todo o sistema de valores que estava em voga entre os jovens moderadamente educados de classe média no período entre guerras.² Seu ceticismo em relação aos valores está na superfície: ele é para ser aplicado às outras pessoas; quanto aos valores correntes no seu próprio arraial, eles não poderiam ser menos céticos. E esse fenômeno é muito comum. Muitos daqueles que “depreciam” valores tradicionais ou (como eles os chamariam) “sentimentalistas” têm valores próprios que eles acreditam serem imunes a tal processo de depreciação. Eles alegam estar interrompendo o crescimento parasitário das emoções, sanção religiosa e tabus herdados, a fim de que os valores “reais” e “básicos” pudessem emergir. Vou agora tentar mostrar o que acontece quando se experimenta seriamente pôr isso em prática.

Vamos continuar no exemplo anterior — da morte por uma boa causa — não porque, claramente, a virtude único valor ou o martírio a única virtude, mas porque esse seja o *experimentum crucis* expõe diferentes sistemas de pensamento à mais clara luz. Vamos supor que uma pessoa inovadora em termos de valores se refira a *dulce et decorum* e *nenhum homem teve maior amor* como sentimentos meramente irracionais que devem ser extirpados a fim de que possamos alcançar o fundo “realista” ou “básico” desse valor. Onde ele poderá achar essa base?

Primeiro de tudo, ele poderia dizer que o valor real se encontra na utilidade de tal sacrifício para a comunidade. O “bem”, ele pode dizer, “*significa* o que é útil para a sociedade”. Mas é claro que a morte de toda a comunidade não pode ser útil para ela — apenas a morte de algum de seus membros. O que se quer dizer realmente é que a morte de alguns homens é útil para outros. Isso é bem verdade. Mas com base em que esses homens estão sendo

solicitados para morrer em benefício de outros? Todo e qualquer apelo ao orgulho, honra, vergonha ou amor é excluído por hipótese. Usar desses recursos seria um regresso ao sentimento, e a tarefa do inovador é, tendo podado tudo isso, explicar aos homens, com base na pura e simples razão, por que eles deveriam morrer a fim de que outros pudessem viver. Ele poderia dizer: “A menos que alguns de nós se *arrisquem* a morrer, todos nós morreremos *com certeza*”. Mas isso só seria verdade em uma quantidade limitada de casos; e mesmo que fosse, provocaria um revide bastante razoável: “Por que eu deveria ser um daqueles a assumir o risco?”

A essa altura, o Inovador poderia perguntar, por que, afinal de contas, o egocentrismo deveria ser mais “racional” ou “inteligente” do que o altruísmo. A pergunta é bastante pertinente. Se por Razão queremos dizer o processo de fato empregado por Gaio e Tito, quando estavam engajados em depreciar (isto é, fazer uma associação, por inferência, com proposições, a partir de outras suposições, em última instância, derivadas dos dados sensíveis), então a resposta deveria ser que a recusa de se sacrificar não é mais racional do que o consentimento em fazer tal coisa. Nem menos racional. Nenhuma dessas escolhas é, em absoluto, racional — ou irracional. Não se pode inferir conclusões *práticas* de proposições sobre o fato isolado. O argumento de que *Isso preservará a sociedade* não pode levar a *faça isso*, exceto pela mediação da outra proposição; *a sociedade deve ser preservada*. A afirmação *Isso vai custar a sua vida* não pode conduzir diretamente a um *não faça isso*; uma coisa só levará à outra por um desejo sentido ou um dever de autopreservação que tenha sido reconhecido. O Inovador procura chegar a uma conclusão no modo imperativo a partir das promessas que estão no modo indicativo e por mais que continue tentando por toda a eternidade, ele não obterá sucesso, pois é impossível. Por isso, devemos, ou estender a palavra Razão para incluir o que nossos ancestrais chamavam de Razão Prática e confessar que juízos como *a sociedade deve ser preservada* não são meros sentimentos, mas a própria racionalidade (embora eles não possam preservar a si mesmos por nenhuma razão do tipo exigido por Gaio e Tito); ou, então, teremos que desistir imediatamente, e para sempre, da tentativa de encontrar o

núcleo do valor “racional” por trás de todos os sentimentos que estávamos menosprezando. O Inovador não optará pela primeira alternativa porque os princípios práticos conhecidos a todos os homens pela razão são simplesmente o *Tao*, que ele estava empenhado em suplantar. É mais provável que ele desista da busca pela essência “racional” e passe a se empenhar em caçar algum outro fundamento até mais “básico” e “realista”.

Provavelmente, ele achará que terá descoberto isso por Instinto. Para ele, a preservação da sociedade, e a da espécie em si, são finalidades que não dependem da trama precária da Razão; eles são dados por Instinto. Eis porque não há motivo para argumentar contra a pessoa que não percebe tais fins. Temos uma urgência instintiva de preservar a nossa própria espécie. Eis porque o homem deve trabalhar para a posteridade. Não temos urgência instintiva de manter promessas ou de respeitar a vida individual: eis porque podem ser devidamente ignorados todos os escrúpulos de justiça e humanidade — na verdade, o *Tao* — quando se está em conflito com nossa finalidade real, a preservação da espécie. É por essa razão que a situação moderna permite e demanda uma nova moralidade sexual; os antigos tabus serviram ao propósito real de ajudar a preservação da espécie, mas os contraceptivos modificaram isso e agora podemos abandonar muitos desses tabus. Pois é claro que o desejo sexual, sendo instintivo, deve ser satisfeito, desde que não entre em conflito com a preservação da espécie. Parece, portanto, que uma ética baseada no instinto dará ao Inovador tudo que ele deseja e irá liberá-lo de tudo que for contrário ao seu desejo.

Na realidade, com isso não avançamos nem um pouco. Não vou insistir no ponto de que Instinto é o nome dado para aquilo que desconhecemos (dizer que as aves migratórias acham o seu caminho por instinto não passa de uma forma de dizer que desconhecemos como é que as aves migratórias acham o seu caminho), pois penso que seja aqui usado em um sentido francamente definido para se referir a um impulso não refletido ou espontâneo, amplamente sentido pelos membros de dada espécie. De que forma o Instinto, assim concebido, irá nos ajudar a descobrir os valores “reais”? Será que está sendo sustentada a ideia de que

temos que obedecer ao Instinto e não podemos agir de outra forma? Mas, nesse caso, por que são escritos livros como o *Livro verde* e outros do gênero? Por que tanto esforço para nos levar a um caminho que nem teríamos como evitar de trilhar? Por que louvar tanto aqueles que se submeteram ao inevitável? Ou será que estão defendendo que, se obedecermos ao Instinto, seremos mais felizes e satisfeitos? Mas a questão que estamos considerando aqui é, mais precisamente, a do enfrentamento da morte, que (até o Inovador sabe muito bem) descarta toda possibilidade de satisfação; e se temos um desejo instintivo para o bem da posteridade, então esse desejo, pela precisa natureza do caso, jamais poderá ser satisfeito, já que o seu objetivo estará alcançado, no máximo, quando estivermos mortos. Tudo indica que o Inovador não diria que somos fadados a obedecer ao Instinto, nem que ele nos satisfará se o seguirmos, mas que *temos o dever de* obedecê-lo.³

Mas por que deveríamos obedecer ao Instinto? Por acaso há algum instinto de ordem superior que esteja nos dirigindo para obedecer especificamente a *este* e a um terceiro instinto, de ordem ainda superior, que nos guie no sentido de obedecer ao anterior? Uma regressão infinita de instintos? Isso é presumivelmente impossível, mas nada mais servirá. A partir da afirmação do fato psicológico “Eu tenho um impulso de fazer determinada coisa”, não podemos, por ingenuidade, concluir como princípio prático “então devo obedecer a este impulso”. Mesmo se fosse verdade que os homens têm um impulso espontâneo, irrefletido, para sacrificar as suas próprias vidas para a preservação de seus semelhantes, outra questão bem diferente e separada, quer seja para decidir se este é um daqueles impulsos que devem ser controlados ou reprimidos. Pois até o Inovador admite que muitos impulsos (aqueles que entram em conflito com a preservação da espécie) devem ser controlados. E essa admissão certamente nos leva a uma dificuldade ainda mais fundamental.

Dizer-nos para obedecer ao Instinto é como nos mandar obedecer a “pessoas”. E as pessoas dizem coisas diferentes; assim também nossos instintos, que estão em guerra. Há quem defenda que o instinto de preservação da espécie sempre deva ser obedecido, às custas de nossos outros instintos. Mas nesse caso, essa regra de

precedência advém de onde? Seria muito simplista dizer que demos ouvidos ao instinto que fala em causa própria e decide a seu próprio favor. Cada instinto, se dermos ouvidos a ele, reivindicaria que deve ser satisfeito às custas dos outros. Só de darmos ouvidos a um, em vez de aos outros, já estamos prejudgando o caso. Se não examinarmos nossos instintos comparando a dignidade de cada, nunca conseguiremos aprender essa dignidade com eles. Essa compreensão não pode ser instintiva; o juiz não pode ser ao mesmo tempo julgado, caso contrário, a decisão será inútil e não haverá razão para colocar a preservação da espécie acima da autopreservação ou do apetite sexual.

A noção de que, sem apelar para qualquer corte mais alta do que os próprios instintos, podemos, ainda assim, achar motivos para preferir um instinto em detrimento de outros, é muito difícil de aceitar. Estaremos nos agarrando a palavras inúteis: chamadas de instintos “básicos”, “fundamentais”, “primários” ou “mais profundos”. Elas não têm valia alguma. Ou essas palavras escondem um juízo de valor passado *sobre* o instinto e, portanto, não derivado *dele*, ou, então, elas meramente registram a sua intensidade sentida, a frequência de sua operação e seu amplo alcance. No primeiro caso, toda a tentativa de basear os valores nos instintos terá sido abandonada; no último, essas observações sobre os aspectos quantitativos do evento psicológico não levam a nenhuma conclusão prática. É o velho dilema: Ou as premissas já carregavam em si um imperativo, ou a conclusão continua não passando de um indicativo.⁴

Finalmente, vale a pena indagar-se a respeito da possibilidade de *haver* sequer um instinto de cuidado com a posteridade ou preservação da espécie. Não consigo descobri-lo em mim mesmo, e olha que sou um homem que pensa bastante na posteridade remota — um homem que lê Olaf Stapledon com prazer. Acho muito mais difícil acreditar que a maioria das pessoas que se sentou na minha frente no ônibus, ou passou horas comigo em filas, sintam um impulso irrefletido de fazer qualquer coisa com relação à espécie ou à posteridade. Só pessoas educadas de uma forma particular podem ter a ideia de “posteridade” em mente. É difícil atribuir ao instinto nossa atitude em relação a um objeto que existe apenas

para pessoas dotadas do hábito da reflexão. O que temos por natureza é um impulso de preservar nossos próprios filhos e netos; um impulso que se torna progressivamente mais fraco à medida que a imaginação vai despontando, até acabar se extinguindo nos “desertos da futilidade devastadora”. Nenhum pai e mãe que tenha sido guiado por esse instinto sonharia, por um só momento, em defender as reivindicações dos seus descendentes hipotéticos contra aqueles do bebê real que grita de alegria e esperneia no quarto ao lado. Aqueles entre nós que aceitam o *Tao* poderiam até dizer que eles não só podem como devem fazer isso, mas essa possibilidade não está aberta para aqueles que tratam o instinto como a fonte dos valores. Quando passamos do amor de mãe para o planejamento racional do futuro, estamos passando do domínio do instinto para aquele das escolhas e reflexão. E se é para o instinto ser a fonte dos valores, o planejamento para o futuro passa a ser menos respeitável e menos obrigatório do que a linguagem empregada com o bebê e o aconchego da mãe mais preocupada ou do que as anedotas de berçário mais impertinentes de um pai afetuoso. Se o instinto for nossa base, essas coisas se tornam a substância, e o cuidado com a posteridade, a sombra — uma gigantesca e bruxuleante sombra de felicidade lançada na tela do futuro desconhecido. Não estou dizendo que essa projeção seja má, mas também não sou eu quem acredita que o instinto seja o fundamento dos juízos de valor. Absurdo seria reivindicar que a preocupação com a posteridade se justifica no instinto e depois zombar do único instinto no qual se supunha que ele repouse. Seria como arrancar a criança do busto da sua mãe para depois jogá-la na creche ou no jardim de infância em nome do progresso e da raça vindoura.

A verdade acaba se evidenciando no fim, o Inovador não encontrará bases para um sistema de valores em operações com proposições fatuais, nem naquelas com apelo ao instinto. Nenhum dos princípios que ele requer pode ser encontrado ali, mas todos podem ser encontrados em outro lugar. “Tudo que se encontra dentro dos quatro mares são os seus irmãos” (xii. 5), afirma Confúcio sobre o *Chün-tzu*, o *cuor gentil* [coração gentil], ou cavalheiro. *Humani nihil a me alienum puto*⁵, diz o estoico. “Tudo o

que quereis que vos façam, fazei vós a eles”, diz Jesus. “A humanidade deve ser preservada”, diz Locke.⁶ Todos os princípios práticos por trás da luta do Inovador pela posteridade ou sociedade ou espécie estão, desde tempos imemoriais, no *Tao*, e em nenhum outro lugar. A menos que você aceite sem questionamento que os axiomas são para o mundo da teoria o que esses princípios são para o mundo da ação, você não pode ter quaisquer princípios práticos. Eles não são conclusões que se tire, mas são premissas. Uma vez que eles não podem “justificar-se” a si mesmos para calar Gaio e Tito, você pode tomá-los como sentimentos, mas deve abrir mão de contrastar valores “reais” ou “racionais” com valores sentimentalistas. Todo valor será sentimental; e deve reconhecer (sob pena de abandonar todo e qualquer valor) que todo sentimento não é “meramente” subjetivo. Você pode, por outro lado, referir-se a eles como racionais — ou melhor, como a própria racionalidade — como coisas tão obviamente razoáveis que eles não demandam e nem admitem prova. Mas, então, você terá que admitir que a razão pode ser prática, que não se deve descartar um *dever ser* só porque ele não pode garantir um *será*. Se nada evidencia-se por si mesmo, nada pode ser provado. À semelhança, se nada é obrigatório por si mesmo, não há nada que possa ser considerado obrigatório.

Para alguns, pode parecer que eu só recauchutei com outro nome, aquilo que sempre foi chamado de instinto básico ou fundamental, mas há muito mais envolvido nisso do que uma simples escolha de palavras. O Inovador ataca os valores tradicionais (o *Tao*) em defesa do que supõe a princípio (em algum sentido especial) serem valores “racionais” ou “biológicos”. Mas como vimos, todos os valores que ele usa ao atacar o *Tao*, ou mesmo as reivindicações que faz de o estar substituindo, são, por si mesmas, derivadas do *Tao*. Se ele tivesse realmente iniciado do zero, a sem a tradição humana do valor, nada poderia tê-lo feito avançar sequer um centímetro na concepção de que um homem deveria morrer pela comunidade ou trabalhar pela posteridade. Se o *Tao* cair, todas as suas próprias concepções de valor cairão com ele. Nenhuma poderá reivindicar qualquer autoridade diferente daquela do *Tao*. Somente pelos fragmentos herdados dele, o Inovador estaria habilitado a atacá-lo. A questão que surge,

portanto, é: Qual é a autoridade do Inovador para selecionar e aceitar pedaços do *Tao* e rejeitar outros? Pois, se as partes que ele rejeita não têm autoridade, aquelas que ele retém também não terão; se as que ele retém são válidas, as que ele rejeita também serão válidas.

O Inovador, por exemplo, valoriza muito os interesses da posteridade, embora não possa obter nenhuma reivindicação válida para a posteridade a partir dos instintos ou (no sentido moderno) da razão. Na verdade, ele estará derivando nosso dever para com a posteridade do *Tao*; nosso dever de fazer o bem a todos os homens é um axioma da razão prática e nosso dever de fazer o bem aos nossos descendentes é uma clara dedução disso. Mas então, em toda a forma de *Tao* que nos foi legada, lado a lado com o dever para com filhos e descendentes, encontra-se o dever para com os pais e ancestrais. O que nos dá o direito de rejeitar um e aceitar o outro? Mais uma vez, o Inovador pode colocar o valor econômico em primeiro lugar. Que as pessoas tenham alimento e vestimentas é o grande fim, e os escrúpulos quanto à justiça e à boa-fé podem ser postos de lado se ele for cumprido. É claro que o *Tao* concorda com a importância de que as pessoas tenham alimentos e roupas. A menos que o inovador esteja, ele mesmo, usando o *Tao*, ele nunca poderia ter aprendido tal dever, mas no *Tao*, ao lado disso, encontram-se aqueles deveres de justiça e boa-fé que ele está pronto a menosprezar. O que o autoriza a fazer isso? Quem me garante que ele não seja um ufanista, um racista, um nacionalista extremo, que defende que o progresso de seu próprio povo seja o objeto para o qual todos os outros deveriam se render. No entanto, nenhum tipo de observação dos fatos e nenhum apelo ao instinto vai lhe dar qualquer base para essa opção. Mais uma vez, ele está, na verdade, extraíndo-a do *Tao*; um dever para com o sangue do nosso sangue, porque a nossa própria consanguinidade é uma parte da moralidade tradicional. Entretanto, lado a lado com o *Tao*, e limitando-o, encontram-se as exigências inflexíveis da justiça, bem como a regra de que, a longo prazo, todos os homens são nossos irmãos. De onde procede a autoridade do Inovador para a tomada de decisão e escolha?

Por não vislumbrar respostas para essas questões, posso chegar às conclusões seguintes: Isso que eu chamei de *Tao*, por questão de conveniência, e que os outros podem chamar de Lei Natural, Moralidade Tradicional, Primeiros Princípios da Razão Prática ou Primeiras Trivialidades, não é um de uma série de sistemas de valor possíveis. Trata-se da única fonte de todos os juízos de valor. Se ela for rejeitada, todos os valores terão sido rejeitados. Se qualquer desses valores for observado, ela também será observada. O esforço por refutá-la e para erigir um novo sistema de valores no seu lugar é um contrassenso. Nunca houve e nunca haverá um juízo de valor radicalmente novo na história do mundo. O que hoje se constituem em novos sistemas ou (como eles costumam chamá-los agora) “ideologias”, não passam de fragmentos do próprio *Tao*, arbitrariamente deslocados do seu contexto mais amplo e depois levados à loucura em seu isolamento, sendo que a sua validade continua, ainda assim, a ser devida ao *Tao* e a ele somente. Se o meu dever para com meus pais é uma superstição, então o meu dever para com a posteridade também é. Se a justiça é uma superstição, então o mesmo vale para o meu dever para com o meu país ou minha raça. Se seguir no rastro do conhecimento científico é um valor real, o mesmo vale para a fidelidade conjugal. A rebelião de novas ideologias contra o *Tao* é a rebelião dos ramos contra a árvore; se os rebeldes tiverem sucesso, acabarão descobrindo que terão acarretado a destruição de si mesmos. A mente humana não tem mais poder de inventar um novo valor do que de imaginar uma nova cor primária ou até de criar um novo sol e um novo céu, no qual ele possa se mover.

Será que isso significa, então, que jamais se possa progredir em nossas percepções de valor? Que estamos amarrados para sempre a um código imutável? E será que, de qualquer forma, será possível falar em obedecer ao que eu chamo de *Tao*? Se juntarmos as moralidades tradicionais do Oriente e do Ocidente, a cristã, a pagã e a judaica, da forma como eu fiz, será que não vamos encontrar contradições e alguns absurdos? Reconheço tudo isso. Sempre será necessária alguma crítica, alguma remoção de contradições, até mesmo algum desenvolvimento real, mas não há dois tipos muito diferentes de crítica.

Um teórico da linguagem pode querer abordar a sua língua materna, como se estivesse de fora dela, como se fosse uma coisa que não tem nenhuma influência sobre ele e defender alterações massivas do seu idioma, motivado pelo interesse da conveniência comercial ou precisão científica. Isso é uma coisa. Já um grande poeta que “amou e esteve bem nutrido por sua língua materna” também pode querer empreender grandes mudanças nela, mas suas mudanças linguísticas são feitas no espírito da própria língua; ele estará trabalhando de dentro dela. A língua, que sofrerá as mudanças, também as terá inspirado. Isso é totalmente diferente — tão diferente quanto as obras de Shakespeare diferem do Inglês Básico.⁷ Trata-se da diferença entre alterações feitas a partir de dentro e de fora de algo; entre o orgânico e o cirúrgico.

Da mesma forma, o *Tao* admite o desenvolvimento a partir de dentro. Há uma diferença entre o avanço moral legítimo e a mera inovação. Do “Não faça aos outros o que não gosta que façam a você” de Confúcio para o dito cristão “Em tudo, façam aos outros o que vocês querem que eles lhes façam” há um avanço real. A moralidade de Nietzsche é mera inovação. O primeiro exemplo é um avanço porque ninguém que não tenha admitido a validade da velha máxima poderia ver na razão o motivo para aceitar a nova, e qualquer um que aceite a velha reconheceria na hora a nova como uma extensão do mesmo princípio. Caso a rejeitasse, seria por considerá-la supérflua, como algo que foi longe demais, não como diferente de suas próprias ideias de valor. No entanto, a ética nietzschiana só pode ser aceita se estivermos dispostos a destruir todas as morais tradicionais e descartá-las como equivocadas, colocando-nos depois numa posição a partir da qual não podemos encontrar fundamento para quaisquer juízos de valor. Trata-se da diferença entre alguém que nos diga: “Se você gosta que os seus legumes estejam moderadamente frescos por que, então, não os planta por si mesmo para tê-los perfeitamente frescos?” e alguém que diz “Jogue fora aquele pão e experimente comer tijolos e centopeias no lugar”.

Aqueles que entendem o espírito do *Tao* e que foram levados por esse espírito podem modificá-lo em direções que esse mesmo espírito demanda. Só eles podem saber que direções são essas. A

pessoa que está de fora nada sabe acerca do assunto. Suas tentativas de alteração, como vimos, são contraditórias. Assim, longe de estar em condições de harmonizar discrepâncias na sua letra, penetrando no seu espírito, ela se agarra a algum mero preceito isolado, em que os acidentes do tempo e do espaço tenham, por acaso, chamado a sua atenção e, então, os leva até às últimas consequências — por nenhum motivo particular. A única autoridade para modificar o *Tao* vem de dentro do próprio *Tao*. Isso é o que Confúcio quis dizer quando afirmou que “é inútil buscar conselho daqueles que seguem um caminho diferente”.⁸ Eis porque Aristóteles disse que só aqueles que foram bem-criados podem ter sucesso no estudo da ética; para o homem corrupto, o homem que se coloca fora do *Tao*, o ponto de partida exato dessa ciência se torna invisível.⁹ Ele pode ser hostil, mas não pode ser crítico; nem ao menos saberá do que se trata. Eis por que também foi dito que “essas pessoas que não conhecem a Lei são malditas”¹⁰ e “aquele que não crê deve ser amaldiçoado”.¹¹ Pode até ser útil ter a mente aberta em questões não essenciais, mas ter a mente aberta em relação aos fundamentos derradeiros, seja da Razão Teórica ou da Prática, é pura idiotice. Se por acaso a mente de uma pessoa estiver aberta para essas coisas, é preciso fazer com que, ao menos, ela se cale. Não se deve dizer nada com essa finalidade. Fora do *Tao* não há base para criticar, seja o *Tao*, seja qualquer outra coisa.

Em certos casos pode, sem dúvida, ser uma questão delicada tentar decidir onde acaba o criticismo interno e onde se inicia o tipo fatal que é o externo. Mas, já teremos assumido a posição errada, sempre que algum preceito de moralidade tradicional for desafiado a se justificar, como se coubesse a ele o ônus da prova. O reformador legítimo se esforça para mostrar que o preceito em questão entra em conflito com algum preceito que os seus defensores creem que seja mais fundamental, ou que ele não incorpora de fato o juízo de valor que professa incorporar. O ataque frontal direto — “Por quê?”, “Que tipo de bem isso pode produzir?”, “Quem foi que disse isso?” — jamais será admissível; não por ser grosseiro ou ofensivo, mas porque nenhum valor, qualquer que seja, pode se justificar a si mesmo nesse nível. Se você persiste *nesse* tipo de teste, irá destruir

todos os valores e, assim, as bases sobre as quais sua própria crítica, bem como a coisa criticada, se fundem. Não se deve apontar uma pistola para a cabeça do *Tao*. Nem postergar a obediência a um preceito até que suas credenciais tenham sido examinadas. Somente aqueles que praticam o *Tao* podem entendê-lo. É só o homem bem nutrido, o *cuor gentil*, e somente ele, que pode reconhecer a razão quando ela aparece.¹² Somente Paulo, o fariseu e homem “perfeito no que diz respeito à Lei”, é que pôde perceber onde e como a Lei tinha deficiências.¹³ A fim de evitar mal-entendidos, devo acrescentar que, embora eu mesmo seja um teísta e, de fato, um cristão, não ensaio aqui qualquer argumento indireto a favor do teísmo. Estou simplesmente alegando que, se é para cultivarmos valores, quaisquer que sejam, temos que aceitar as obviedades mais fundamentais da Razão Prática como tendo validade absoluta; que qualquer tentativa, movida pelo ceticismo, de reintroduzir o valor em nível mais baixo, sobre alguma base supostamente mais “realista”, é condenável. Se essa posição implica uma origem sobrenatural do *Tao*, é uma questão com a qual não estou preocupado aqui.

Entretanto, como podemos esperar que a mente moderna abrace a conclusão à qual chegamos? Esse *Tao*, que aparentemente devemos tratar como um dado absoluto, é simplesmente um fenômeno como outro qualquer — o reflexo do ritmo agrícola ou mesmo da sua fisiologia sobre as mentes de nossos ancestrais. Nós já sabemos, em princípio, como tais coisas são produzidas. Em breve, saberemos em detalhe; e acabaremos tendo condições de produzi-las ao bel prazer. É claro, enquanto não sabíamos como funciona a mente, aceitávamos essa mobília mental como um dado, até mesmo como um mestre, mas muitas coisas da natureza que outrora foram nossos mestres tornaram-se nossos servos. Por que não a mente? Por que a nossa conquista da natureza precisa ser interrompida em reverência estúpida a esse bocado derradeiro e mais poderoso da “natureza” chamado, até agora por convenção, de consciência do homem? Você nos ameaça com algum iminente desastre, se ultrapassarmos esse limite —, mas não fomos ameaçados da mesma forma pelos obscurantistas a cada passo de nosso progresso, provando-se falsa, toda vez, a ameaça? Você nos

diz que não restarão quaisquer valores se dermos o passo para fora do *Tao*. Muito bem, então provavelmente vamos descobrir que podemos nos dar muito bem sem eles. Passemos a nos referir a todas as ideias sobre o que *devemos* fazer como um simples e interessante método psicológico de sobrevivência; vamos jogar tudo isso para o alto e passar a fazer o que bem entendemos. Vamos decidir por nós mesmos o que o homem deve ser e transformá-lo nisso; não com base em qualquer fundamento de valor imaginado, mas porque desejamos que ele seja assim. Uma vez que já dominamos nosso ambiente, passemos agora a dominar a nós mesmos e escolher nosso próprio destino.

Essa é uma postura muito possível, e aqueles que a sustentam não podem ser acusados de contradição como os céticos moderados que ainda esperam encontrar valores “reais” depois de terem depreciado os tradicionais. Trata-se da rejeição de todo e qualquer conceito de valor. Será necessário outro capítulo para analisar essa questão.

Passou-me pela cabeça a terrível ideia de que seja o que for que dissesse, ou por mais que me bajulasse, ele teria me vendido como um escravo, assim que me tivesse levado para a sua casa.

JOHN BUNYAN

A abolição do homem

“A conquista da Natureza pelo Homem” é uma expressão usada muitas vezes para descrever o progresso da ciência aplicada. “O Homem deu um golpe fatal na Natureza”, disse alguém a um amigo meu, muito tempo atrás. Neste contexto, as palavras tinham certa beleza trágica, pois seu emissor estava morrendo de tuberculose. “Não importa”, disse ele, “eu sei que sou uma das vítimas. É claro que há vítimas tanto do lado que está ganhando, quanto do lado perdedor, mas isso não muda o fato de que esteja ganhando”. Escolhi essa história como meu ponto de partida, a fim de deixar claro que eu não desejo desmerecer qualquer tipo de benefício trazido pelo processo descrito como “A conquista do Homem”, muito menos toda a devoção real e renúncias pessoais que a tenha possibilitado. Mas, tendo feito isso, preciso ir além, analisando essa concepção um pouco mais de perto. Em que sentido o Homem é detentor de poderes crescentes sobre a Natureza?

Vamos considerar três exemplos emblemáticos; o avião, o rádio e os contraceptivos. Em uma comunidade civilizada, em tempos de paz, qualquer pessoa que possa pagar por qualquer um desses itens poderá usá-los, mas não se pode dizer estritamente que, quando o faz, esteja exercitando o seu poder próprio ou individual sobre a Natureza. Se eu pagar você para me carregar, já não serei uma pessoa forte. Qualquer uma ou todas as três coisas que eu mencionei podem ser negadas a algumas pessoas por outras — por aquelas que vendem ou que permitem a venda, ou que são donas dos meios de produção ou aquelas que produzem os bens. O que chamamos de poder do Homem é, na realidade, o poder que alguns homens possuem de permitir, ou não, que os outros obtenham lucro. Repito, com relação aos poderes manifestados no avião ou no rádio,

o Homem é tanto o paciente, ou objeto, quanto o dono, já que ele é o alvo tanto de bombas, quanto da propaganda. E no que diz respeito aos contraceptivos, há um sentido paradoxal, negativo, em que todas as possíveis futuras gerações são os pacientes ou objetos do poder exercido por aqueles que já estão vivos. Se usados simplesmente como método contraceptivo, eles estão negando a existência; se usados como meio de reprodução seletiva, sem voz que concorde, estão sendo feitos para ser o que uma geração, por razões próprias, quiser que sejam. Desse ponto de vista, o que chamamos de poder do Homem sobre a Natureza, revela-se como o poder exercido por algumas pessoas sobre as outras, tendo a Natureza por seu instrumento.

É claro que já virou um clichê queixar-se de que as pessoas até agora usaram mal, e contra os seus próprios congêneres, os poderes que lhes foram outorgados pela ciência, mas esse não é o ponto que estou tentando defender. Não estou falando de corrupções e abusos particulares que um aumento da virtude moral poderia curar; estou considerando o que deve ser aquilo que chamamos de “o poder do Homem sobre a Natureza” sempre e em essência. Não há dúvida de que o quadro poderia ser modificado pela propriedade pública de matérias primas e fábricas e pelo controle público da pesquisa científica. Mas, a menos que existisse um Estado mundial, isso continuaria significando o poder de uma nação sobre as outras. E mesmo dentro do Estado ou da nação mundial, significaria (em princípio) o poder da maioria sobre as minorias e (em termos concretos) de um poder governante sobre as pessoas. E todos os exercícios de poder de longo prazo, especialmente na reprodução, devem significar o poder de gerações anteriores sobre as posteriores.

Esse último ponto nem sempre é suficientemente enfatizado, porque aqueles que escrevem sobre assuntos sociais não aprenderam ainda a imitar os físicos, incluindo sempre o tempo como uma das dimensões. A fim de entender completamente o que o poder do Homem sobre a Natureza e, portanto, o poder de algumas pessoas sobre outras, realmente significa, temos que retratar a raça estendida no tempo, do momento de sua emergência até aquela de sua extinção. Cada geração exerce poder sobre os

seus sucessores; e cada uma, na medida em que modifica o ambiente legado a ela e se rebela contra a tradição, resiste e limita o poder de seus precursores. Isso modifica o quadro que, às vezes, é pintado de uma emancipação progressiva da tradição e um controle progressivo dos processos naturais, resultando em um aumento contínuo do poder humano. Na realidade, é claro, se em algum período da história se alcançasse, pela eugenia e educação científica, o poder de fazer dos seus descendentes o que bem entendesse, todas as pessoas que viessem depois estariam conformadas a esse poder. Seriam mais fracos, não mais fortes, pois embora possamos ter posto máquinas maravilhosas em suas mãos, predeterminamos como eles as devem usar. E se, como é quase certo, a era que alcançou assim o poder máximo sobre a posteridade também fosse a era mais emancipada em relação à tradição, ela estaria engajada em reduzir o poder de seus precursores quase tão drasticamente quanto aquele dos seus sucessores. Devemos lembrar também que, bem à parte disso, quanto mais tarde vem uma geração final — quanto mais próxima ela vive daquela época em que as espécies serão extintas — menos poder ela terá de avanço, porque os seus objetos [de manipulação] estarão reduzidos. Por isso, não há dúvida de que há um poder investido na raça como um todo que estará em constante crescimento, enquanto a raça sobreviver. Mas os últimos homens, longe de serem os herdeiros do poder, serão todos homens sujeitos ao extremo, à mão morta dos grandes planejadores e manipuladores e eles mesmos exercerão menos poder sobre o futuro.

O quadro real é aquele de uma era dominante — vamos supor o centésimo século depois de Cristo — que teve o maior sucesso em resistir a todas as eras anteriores e domina todas as eras subsequentes de forma mais irresistível, e esse será o mestre real da espécie humana. Mas então, dentro dessa geração mestra (que é em si mesma uma minoria infinitesimal da espécie) o poder será exercido por uma minoria ainda mais reduzida. A conquista da Natureza pelo Homem, se os sonhos de alguns planejadores científicos se realizarem, significa o governo de algumas centenas de pessoas sobre bilhões e mais bilhões. Não há, nem pode haver

qualquer aumento simples de poder do lado do homem. Cada novo poder conquistado *pelo* homem também é, ao mesmo tempo, poder *sobre* o homem. Cada avanço o deixa mais fraco, ao mesmo tempo em que o deixa mais forte. Em toda vitória, além de ser o general que triunfa, ele também será o prisioneiro que se arrasta atrás do carro da vitória.

Nem estou considerando ainda, se o resultado total de vitórias assim tão ambivalentes é uma coisa boa ou má. Só o que estou deixando claro é o que a conquista da Natureza pelo Homem significa realmente, sobretudo esse estágio final que, talvez, não esteja longe. O último estágio terá chegado quando o Homem tiver obtido controle total sobre si mesmo por meio da genética, do condicionamento pré-natal e da educação e da propaganda baseadas em uma psicologia perfeitamente aplicada. A natureza *Humana* será a última parte da Natureza a se render ao Homem. A batalha terá, então, sido vencida. Teremos “arrancado o fio de vida das mãos de Clotho” e, a partir daí, estaremos livres para fazer da nossa espécie o que bem entendermos. A batalha terá sido vencida, de fato. Mas quem, mais precisamente, terá vencido?

Porque o poder do Homem de torná-lo aquilo que ele quiser na verdade significa, como vimos, o poder de alguns homens de fazer o que *eles* quiserem de outros homens. Em todas as eras, sem dúvida, a educação e a cultura tentaram, em certo sentido, exercer esse poder, mas a situação que devemos esperar será nova em dois aspectos. Primeiro, o poder terá crescido enormemente. Daí em diante, os planejamentos educacionais terão alcançado muito pouco do que intentaram e, de fato, quando nós os lemos — constatando como Platão queria que cada criança fosse “criada como um bastardo em um escritório”, como Elyot desejava que nenhum menino visse adultos antes dos sete anos de idade e, depois disso, nenhuma mulher¹ e como Locke pretendia que as crianças não tivessem sapatos permeáveis nem gosto pela poesia² —, podemos muito bem agradecer à obstinação benéfica de mães reais, babás reais e (acima de tudo) filhos reais pela preservação da raça humana dentro dos limites da sanidade que ainda resta. Mas os moldadores de homens da nova era estarão armados com os poderes competentes do Estado e a tecnologia científica. Nós

teremos, ao menos, uma raça de manipuladores realmente capazes de moldar toda a posteridade segundo o que lhes aprouver.

A segunda diferença é ainda mais importante. Nos sistemas mais antigos ambos os tipos de seres humanos que os professores desejavam produzir e seus motivos para produzi-los foram prescritos no *Tao* — uma norma à qual os próprios professores se submetiam e da qual eles não reivindicavam liberdade de se afastar. Eles não moldavam as pessoas para algum padrão que haviam escolhido. Eles passavam adiante o que eles recebiam; iniciavam o jovem neófito nos mistérios da humanidade que lhes foram legados e eles legavam da mesma forma. Não se tratava de nada mais do que velhos pássaros ensinando os filhotes a voar. Agora tudo isso será mudado. Os valores são atualmente meros fenômenos naturais. Os juízos de valor deverão ser produzidos no aluno como parte do seu condicionamento. Qualquer que seja o *Tao* existente, ele será o produto da educação, não o seu ponto de partida. Os manipuladores se emanciparam de tudo isso. Será mais uma parte da Natureza que eles terão conquistado. Para eles, a origem última de toda ação humana não será mais algo dado. Eles a subjugaram — como à eletricidade; é função dos Manipuladores controlá-la, não obedecer a ela. Eles sabem como *produzir* consciência e decidir que tipo de consciência eles irão produzir. Eles mesmos estão fora, acima, pois estamos presumindo o último estágio da batalha Humana com a Natureza. A vitória final foi conquistada. A natureza Humana foi conquistada — e, é claro, também conquistou — qualquer que seja o sentido que essas palavras possam assumir agora.

Os Manipuladores, então, devem escolher que tipo de *Tao* artificial produzirão na raça Humana, por suas próprias boas razões. Eles são motivadores, os criadores de motivos. Mas como eles próprios devem ser motivados?

Talvez, por um tempo, haja, dentro de suas próprias cabeças, remanescentes do bom e velho *Tao* “natural”. Por essa razão, eles poderão, primeiro, olhar para si mesmos como servos e guardiães da humanidade e entender que têm o “dever” de fazer o “bem”; porém é só em virtude da confusão que poderão permanecer nesse estado. Eles reconhecerão o conceito de dever como o resultado de

certos processos que eles podem, agora, controlar. Sua vitória consistiu precisamente em emergir do estado em que eles estavam sendo manipulados por aqueles processos, para o estado em que eles passam a usá-los como ferramentas. Uma das coisas que eles agora têm que decidir é se vão, ou não, condicionar dessa maneira o resto de nós, de modo que possamos continuar tendo a velha ideia do dever e as velhas reações a ele. Como o dever pode ajudá-los a decidir sobre isso? O dever está no banco dos réus; ele não pode ser, ao mesmo tempo, juiz. E o mesmo se passa com o atributo “bom”. Eles agora sabem muito bem como produzir uma dúzia de concepções diferentes do bem em nós. A questão é quais, se é que existem, eles devem produzir. Nenhuma concepção de bem pode ajudá-los a decidir. Seria absurdo fixar-se em uma das coisas que eles estão comparando e torná-la o padrão de comparação.

Para alguns, parecerá que estou inventando uma dificuldade fictícia. Outros críticos de mente menos complicada poderiam perguntar: “Por que supor que eles sejam homens assim tão perversos?” Mas não estou supondo que eles sejam homens maus. A rigor, eles sequer são homens (no sentido antigo). Eles são, antes, se você preferir, homens que sacrificaram a sua própria parcela de humanidade tradicional a fim de se devotar à tarefa de decidir o que a palavra “Humanidade” deve passar a significar daqui para frente. “Bom” e “mau”, aplicados a eles, são palavras vazias de conteúdo, pois é a partir deles que o conteúdo dessas palavras deve ser derivado, tampouco sua dificuldade é fictícia. Podemos supor que fosse possível dizer que, apesar de tudo, a maioria de nós deseja mais ou menos as mesmas coisas — comida, bebida, relações sexuais, diversão, arte, ciência e a vida mais longa possível para os indivíduos e para as espécies. Ou podemos deixá-los simplesmente dizer: “É disso que gostamos. Qual é o problema de continuar condicionando os homens de forma a produzir mais provavelmente o que queremos?” Mas isso não soluciona o problema. Em primeiro lugar, é falso acreditar que todos nós realmente gostemos das mesmas coisas. Mas, mesmo se gostássemos, o que impele os Manipuladores a zombar de prazeres a viver dias trabalhosos a fim de que nós, e a posteridade,

possamos ter o que eles nos desejam? Seu dever? Ora, mas isso não é mais do que o próprio *Tao*, que eles podem ter decidido impor sobre nós, mas que não pode ser válido para eles. Se eles o aceitarem, então eles já não serão os forjadores da consciência, mas continuarão seus súditos, e a sua conquista final sobre a Natureza não terá acontecido de fato. A preservação da espécie? Mas por que a espécie deveria ser preservada? Uma das questões que se impõe a eles é se esse sentimento de posteridade (eles sabem muito bem como ele é produzido) deve ser perpetuado ou não. Por mais que eles possam retroceder, ou tatear, não acharão um chão no qual firmar os pés. Em tudo que eles tentarem agir, imediatamente se tornará uma *petitio*. Não é que eles sejam homens maus. Eles sequer são humanos. Dando um passo para fora do *Tao*, adentraram o vazio. Isso também não quer dizer que os seus súditos sejam pessoas necessariamente infelizes. Eles não são sequer seres humanos; são artefatos. A conquista final do Homem revelou-se a abolição do Homem.

Ainda assim, os Manipuladores irão agir. Quando, há pouco, eu disse que todos os motivos fracassam com eles, deveria ter dito todos exceto um. Todos os motivos que reivindicam alguma validade diferente do que a do seu peso emocional, sentidos em determinado momento, falharam. Todos, exceto o *sic volo*, *sic jubeo*,³ foram descartados, mas aquilo que nunca reivindicou objetividade não pode ser destruído pelo subjetivismo. O impulso de me coçar ao sentir inquietação quando sou assaltado por dúvidas profundas é imune ao solvente que é fatal à minha justiça, à minha honra ou ao cuidado com a posteridade. Enquanto aquele que diz “isto é bom” tem sido depreciado, o que diz “eu quero” permanece. Ele não pode ser detonado ou “desvelado”, porque nunca teve qualquer pretensão.

Os Manipuladores, portanto, devem vir a ser motivados simplesmente pelo seu próprio prazer. Nem mesmo estou falando aqui da influência corruptora do poder, nem expressando o medo de que, sob o seu exercício, nossos Manipuladores possam se corromper. As palavras *corrupto* e *corromper* em si implicam uma doutrina do valor e, por isso mesmo, nesse contexto, são desprovidas de sentido. Minha questão aqui é que aqueles que se

abstêm de todos os juízos de valor não podem ter nenhum motivo para preferir um dos seus próprios impulsos a outro, exceto pela força emocional desse impulso.

Podemos legitimamente esperar que, entre os impulsos que surgem nas mentes assim esvaziadas de todos os motivos “racionais” ou “espirituais”, alguns sejam benéficos. Tenho minhas dúvidas se os impulsos benevolentes, despojados dessa preferência e encorajamento que o *Tao* nos ensina a dar e deixados à sua força e frequência meramente naturais como eventos psicológicos, terão muita influência. Duvido que a história nos dê um exemplo de homem que, tendo dado o passo para fora da moralidade tradicional e tendo obtido poder, tenha usado esse poder de forma benéfica. Estou inclinado a pensar que os manipuladores odiariam o produto de sua própria Manipulação ou condicionamento. Mesmo que se considere ilusão a consciência artificial gerada pelos conteúdos que eles inculcam em nós, eles ainda perceberiam que isso cria em nós a ilusão de significado para nossas vidas, que corrobora a inutilidade dos próprios significados deles; e eles nos invejarão como os eunucos invejam os homens. Mas não insisto nisso, pois não passa de uma conjectura. O que não é nenhuma suposição é que nossa esperança de felicidade, mesmo se “condicionada”, baseia-se no que é ordinariamente chamado de “acaso” — a eventualidade de que impulsos benevolentes pudessem predominar de uma maneira geral nos nossos Manipuladores. Pois se não julgarem que “a benevolência é boa” — isto é, sem reingressarem no *Tao* — eles não podem ter base para promover ou estabilizar esses impulsos mais do que quaisquer outros. Pela lógica de seu posicionamento, eles devem tomar os impulsos como são acatados por eles, pelo acaso. E o Acaso aqui significa a Natureza. É da hereditariedade, da digestão, do clima e da associação de ideias que os motivos dos Manipuladores irão emergir. O seu extremo racionalismo, de “ver por trás de” todos os motivos “racionais”, torna-os criaturas que adotam comportamentos totalmente irracionais. Se você não obedecer ao *Tao*, ou então, cometer suicídio, a obediência ao impulso (e, portanto, a longo prazo, à mera “natureza”) é o único caminho que lhe restará.

No momento preciso, então, da vitória do Homem sobre a Natureza, encontramos toda a raça humana submetida a alguns indivíduos, e tais indivíduos estarão sujeitos àquilo que em si mesmo é puramente “natural” — aos seus impulsos irracionais. A Natureza, não atrelada a valores, governa os Manipuladores e, por meio deles, toda a humanidade. A conquista da Natureza pelo Homem, revela-se, no momento de sua consumação, a conquista do Homem pela Natureza. Cada uma das vitórias que aparentemente estávamos conquistando nos levou, passo a passo, a essa conclusão. Todos os aparentes reveses da Natureza não foram mais do que retiradas estratégicas. Achávamos que a estávamos golpeando quando, na verdade, ela nos estava seduzindo mais adiante. Quando pensávamos que ela estava de mãos levantadas em atitude de entrega, na verdade, ela estava nos dando o abraço mortal que nos prenderia para sempre. Se um mundo plenamente planejado e condicionado (com o seu *Tao* sendo mero produto de planejamento) realmente despontar, a Natureza não estará mais preocupada com as espécies inquietas que se levantaram em revolta contra ela há tantos milhões de anos. Nunca mais virá à tona o seu papo furado sobre a verdade, a graça, a beleza e a felicidade. *Ferum victorem cepit*: e se a genética for eficiente o bastante, não haverá segunda revolta, mas tudo estará sob controle dos Manipuladores, e os Manipuladores debaixo dela, até que a lua caia e o sol esfrie.

O que estou querendo dizer vai se tornar bem mais claro e instigante para alguns se for posto em outros termos. Natureza é uma palavra de sentidos variados, que pode ser mais bem compreendida, se considerarmos os seus vários opostos. O Natural se opõe ao Artificial, ao Civil, ao Humano, ao Espiritual, ao Sobrenatural. O Artificial não vai nos preocupar agora. Se pegarmos o restante da lista de opostos, entretanto, penso que podemos ter uma ideia aproximada do que os homens quiseram dizer com Natureza e o que é que eles opõem a ela. Natureza parece englobar o espacial e o temporal, contrastando com coisas que não têm, definitivamente, essas dimensões. Ela parece ser o mundo da quantidade, em contraste com o mundo da qualidade; de objetos em contraste com a consciência; do dependente em contraste com o

que é parcial ou completamente autônomo; daquilo que não conhece valores em contraste com o que não só tem, mas percebe valores; de causas eficientes (ou, em alguns sistemas modernos, de nenhuma causalidade, seja qual for) em contraste com causas finais. Agora eu presumo que, quando entendemos uma coisa analiticamente, e depois a dominamos e usamos para a nossa própria conveniência, reduzimo-la ao nível da “Natureza”, no sentido de que suspendemos nossos juízos de valor sobre ela, ignoramos as suas causas finais (se é que há alguma) e a tratamos em termos de quantidade. Essa repressão de elementos no que poderia ser, do contrário, nossa própria reação total a isso, é muitas vezes bastante agressiva e dolorosa; é preciso vencer alguns pruridos antes de podermos dissecar um homem morto ou um animal vivo. Esses objetos *resistem* ao pensamento, pelo que os confiamos ao mundo da mera Natureza, mas, em outros casos, igualmente, um preço similar é extorquido para que possamos obter um conhecimento analítico e um poder manipulativo, mesmo quando paramos de contá-lo. Não olhamos para as árvores como se fossem dríades ou objetos bonitos, enquanto as derrubamos e cortamos em tábuas; a primeira pessoa que fez isso pode ter sentido, intensamente, quanto custou, e as árvores sangrentas de Virgílio e Spenser podem ser ecos distantes dessa primitiva sensação de impiedade. As estrelas foram perdendo seu aspecto divino à medida que a astronomia se desenvolvia, e o Deus que morre⁴ não tem espaço na química agrícola. Para muitos, sem dúvida, esse processo é simplesmente da descoberta gradativa de que o mundo real é diferente do que esperávamos, e a velha oposição a Galileu, ou aos “violadores de túmulos”, não passa de obscurantismo. Mas essa não é a história toda. Não são os maiores cientistas modernos que defendem com segurança que o objeto, desprovido de suas propriedades qualitativas e reduzido à mera quantidade, seja plenamente real.

Os pequenos cientistas e pequenos seguidores anticientíficos da ciência até podem pensar assim. As grandes mentes sabem muito bem que o objeto, assim tratado, é uma abstração artificial, que algo de sua realidade foi perdido.

Desse ponto de vista, a conquista da Natureza aparece sob uma nova luz. Reduzimos as coisas à mera Natureza *a fim de que*

possamos “conquistá-las”. Estamos sempre conquistando a Natureza *porque* “Natureza” é o nome para o que até certo ponto temos conquistado. O preço da conquista é tratar uma coisa como mera Natureza. Toda conquista sobre a Natureza faz com que ela expanda seu domínio. As estrelas não se tornam Natureza enquanto não poderemos pesar e medi-las; a alma não se torna Natureza enquanto não pudermos psicanalisá-la. A corrupção das forças da Natureza também é a entrega das coisas à Natureza. Se esse processo cessar perto do estágio final, pudermos muito bem alegar que o ganho compensa as perdas, mas, assim que dermos o passo rumo a reduzir nossa própria espécie ao nível da mera Natureza, todo o processo se tornará bestializado, pois, dessa vez, o ser que sairá ganhando e o que foi sacrificado são um e o mesmo. Esse é um dos exemplos de como levar um princípio até o que parece ser a sua conclusão lógica, gerando o absurdo. É como o famoso irlandês que achou que certo tipo de fogão reduziria a sua conta de gás pela metade e então concluiu que dois fogões do mesmo tipo lhe permitiria aquecer a sua casa sem nenhum gasto de gás. Trata-se da barganha do mágico; dê-me sua alma e ganhe poder em troca. No entanto, uma vez que tenhamos vendido nossas almas, ou seja, nós mesmos, o poder assim conferido não pertencerá a nós. Não seremos, na verdade, nada mais que escravos e marionetes daquele a que vendemos nossas almas. Está no alcance do Homem o poder de tratá-lo como mero “objeto natural”, bem como seus próprios juízos de valor como matéria prima para manipulação científica e alteração ao bel-prazer. A objeção para isso não está no fato de que esse ponto de vista (como o nosso primeiro dia na sala de dissecação) é doloroso e chocante, até que nos acostumemos a ele. A dor e o choque são, na maioria das vezes, um aviso e um sintoma. A objeção real é que se um homem escolher se tratar como matéria prima, matéria prima ele será, não para ser manipulado, como imaginava amorosamente, por si mesmo, mas pelo mero apetite, isto é, pela mera Natureza, na pessoa de seus Manipuladores desumanizados.

Estivemos nos esforçando, como Lear, para ter ambas as coisas; abrir mão de nossa prerrogativa humana e ainda assim, ao mesmo tempo, retê-la. Isso é impossível. De duas uma; ou somos espíritos

racionais, obrigados para sempre a obedecer os valores absolutos do *Tao*, ou então, somos mera natureza destinada a ser esculpida e moldada em novas formas ao bel-prazer dos mestres que não devem, supostamente, ser motivados por nada além de seus próprios impulsos “naturais”. Apenas o *Tao* pode providenciar uma lei de ação humana comum capaz de abarcar legisladores e legislados ao mesmo tempo. Uma crença dogmática nos valores objetivos é necessária para a própria ideia de uma regra que não seja uma tirania, ou uma obediência que não seja escravidão.

Não estou pensando aqui tão somente, e talvez nem mesmo em especial, naqueles que são nossos inimigos públicos no presente momento. O processo que, se correr solto, acabará na abolição do Homem, desenvolve-se em ritmo acelerado entre comunistas e democratas, não menos do que entre os fascistas. Os métodos podem (a princípio) diferir quanto ao uso da força, mas muitos cientistas míopes, de óculos fundo de garrafa, muitos dramaturgos populares, muitos filósofos amadores no nosso meio querem, em longo prazo, dizer o mesmo que os governantes nazistas da Alemanha. Os valores tradicionais devem ser “depreciados”, e a humanidade, moldada em algum formato novo ao bel-prazer (que deve ser um prazer, hipoteticamente, arbitrário) de algumas poucas pessoas de sorte, de uma geração de sorte, que aprendeu a fazê-lo. A crença de que podemos inventar “ideologias” ao bel-prazer, e o tratamento conseqüente da humanidade como meros $\omega\lambda\eta$, espécies, arranjos, começa a afetar até mesmo nossa linguagem. Uma vez que tenhamos matado os homens do mal passaremos a liquidar os elementos antissociais. A virtude se tornou *integração*; a diligência, *dinamismo*, e os meninos, que têm potencial de assumir um cargo importante numa comissão, são “bom material de liderança”. O mais maravilhoso de tudo é que virtudes como parcimônia e temperança, e mesmo inteligência comum, tornaram-se *resistência às vendas*.

O verdadeiro significado do que está acontecendo foi ocultado pelo uso da ideia abstrata de “Homem”. Não que o nome “Homem” seja necessariamente pura abstração. No próprio *Tao*, enquanto permanecemos dentro dele, encontraremos a realidade concreta, na qual participar é ser verdadeiramente humano; a verdadeira vontade comum e a razão comum da humanidade, vivas e crescentes como

uma árvore, ramificando-se, de acordo com a variedade de situações, encontrando novas aplicações, sempre mais belas e dignas. Enquanto falarmos de dentro do *Tao*, poderemos dizer do Homem tendo poder sobre si em sentido verdadeiramente análogo ao autocontrole de um indivíduo, mas assim que pisarmos fora dele e nos referirmos ao *Tao* como um produto meramente subjetivo, essa possibilidade terá desaparecido. Só o que atualmente há em comum a todos os homens é um universal abstrato, um M.D.C.⁵, e a conquista de si mesmo pelo Homem significará simplesmente o governo dos Manipuladores sobre o material humano condicionado; o mundo da pós-humanidade que praticamente todos os homens em todas as nações, de forma consciente ou não, estão atualmente trabalhando para produzir.

Nada do que eu possa dizer poderá impedir algumas pessoas de descrever esse ensaio como um ataque à ciência. É claro que eu nego a acusação; e verdadeiros Filósofos da Natureza (há alguns vivos ainda) perceberão que, ao defender valores, eu defendo *inter alia* o valor do conhecimento, que tem que morrer da mesma forma que os outros, se as suas raízes no *Tao* forem cortadas. Mas posso ir ainda mais longe. Posso estar até sugerindo que a cura possa vir da própria ciência.

Chamei de “barganha de mágico” aquele processo pelo qual o homem entrega objeto por objeto e, finalmente, a si mesmo à Natureza em troca de poder. E eu quis dizer isso mesmo que eu disse. O fato de o cientista ter obtido sucesso onde o mágico falhou colocou-os em um contraste tão grande no pensamento popular que a história real do nascimento da ciência passou a ser mal compreendida. Há, até mesmo, quem escreva sobre o século XVI como se a Mágica fosse o remanescente medieval e que a Ciência tivesse entrado em cena como a novidade que veio para eliminá-la. Qualquer pessoa que tenha estudado esse período reconhece este fato. Havia muito pouca magia na Idade Média; os séculos XVI e XVII são seu ápice. O empreendimento mágico sério e o empreendimento científico sério são irmãos gêmeos: um estava doente e morreu; o outro, forte e prosperou. Mas eram gêmeos. Eles vieram à tona a partir do mesmo impulso. Admito que alguns dos primeiros cientistas (certamente não todos) agiam por puro amor ao

conhecimento. Mas se considerarmos a mentalidade daquela época como um todo, seremos capazes de discernir o impulso a que me refiro.

Há algo que unifica magia e ciência aplicada, enquanto as separa da “sabedoria” de eras anteriores. Para o homem sábio do passado, o problema crucial havia sido como conformar a alma à realidade, e a solução encontrada foi o conhecimento, a autodisciplina e a virtude. Tanto para a magia, quanto para a ciência aplicada, o problema é como subjugar a realidade aos desejos dos homens: a resposta é a técnica; e ambas, na prática dessa técnica, estão prontas para fazer coisas até agora consideradas nojentas e impiedosas — como desenterrar ou dissecar os mortos.

Se compararmos o maior arauto da nova era (Bacon) com Fausto de Marlowe, a semelhança é impressionante. Você vai ler em alguns críticos que Fausto tem sede do conhecimento. Na realidade, ele dificilmente o menciona. Não é verdade que ele deseja dos demônios apenas ouro, armas e mulheres. “Todas as coisas que se movem entre os polos silenciosos devem estar sob seu comando!” e “o mágico mais simples é um deus poderoso”.⁶ No mesmo espírito, Bacon condena todos aqueles que valorizam o conhecimento como um fim em si mesmo; isso, para ele, é usar como prostituta, para o prazer, a mulher que deveria ser uma esposa para ter filhos.⁷ O verdadeiro objetivo é de estender o poder do Homem para o domínio de todas as coisas possíveis. Ele rejeita a magia porque ela não funciona⁸; mas o seu objetivo é o mesmo de um mágico. Em Paracelso, os personagens do mágico e do cientista se combinam. Não há dúvida de que aqueles que realmente fundaram a ciência moderna normalmente são aqueles cujo amor pela verdade excedeu o seu amor pelo poder; em todo movimento misto a eficácia vem dos bons elementos, não dos maus. Mas a presença dos maus elementos não é irrelevante para a direção que a eficácia toma. Pode ser que estejamos indo longe demais ao dizer que o movimento científico moderno esteve maculado desde o seu nascimento, mas eu penso que seria verdade dizer que ele nasceu numa vizinhança nada saudável e em uma hora nefasta. Suas conquistas podem ter vindo rápido demais e sido compradas a um

preço muito alto; elas poderão demandar reconsideração e algo parecido com arrependimento.

Seria possível, portanto, imaginar uma nova Filosofia da Natureza, continuamente consciente de que o “objeto natural”, produzido por análise e abstração, não é uma realidade, mas apenas uma visão que está constantemente a corrigir essa abstração? Acho que nem sei ao certo o que estou solicitando. Tenho ouvido rumores de que a abordagem de Goethe em relação à natureza mereceria uma consideração maior — de que até o Dr. Steiner possa ter visto algo que os pesquisadores ortodoxos deixaram escapar. A ciência regenerada que tenho em mente não faria nem com minerais e vegetais o que a ciência moderna ameaça fazer com o próprio homem. Quando ela explica alguma coisa, não o faz de forma reducionista. Quando ela fala das partes, lembra-se do todo. Enquanto estuda o *quê*, ela não deixa escapar o que Martin Buber chama de situação do *tu*. A analogia entre o *Tao* do Homem e os instintos de alguma espécie animal significaria, para ele, lançar nova luz sobre essa coisa desconhecida, o instinto, pela única realidade conhecida da consciência, e nunca uma redução da consciência para a categoria do instinto. Seus seguidores não ficariam à vontade com as palavras *somente* e *meramente*. Em uma palavra, ela conquistaria a Natureza, sem ser, ao mesmo tempo, conquistada por ela e pelo conhecimento por um preço mais baixo do que aquele da vida.

Talvez eu esteja pedindo coisas impossíveis. Talvez, na natureza das coisas, a compreensão analítica deva sempre ser um basilisco que mata o que vê e que só consegue ver matando. Mas se os próprios cientistas não conseguem impedir esse processo antes de ele alcançar a razão comum e matá-lo também, então outro tem que impedi-lo. Entre todos os *feedbacks*, o que devo temer é que eu seja apenas mais um obscurantista e de que essa barreira, da mesma forma que todas as anteriores que se colocam contra o avanço da ciência, possa ser transposta de forma segura. Uma resposta assim vem de um pensamento linear fatal da imaginação moderna — a imagem de um progresso infinito retilíneo que assombra as nossas mentes. Por termos que usar tantos números, tendemos a pensar que todo e qualquer processo se dê em séries numéricas, em que

cada passo é o mesmo tipo de passo que o anterior e assim por diante, para toda a eternidade. Peço encarecidamente que você se lembre daquele irlandês e seus dois aquecedores. Há progressos em que o último passo é *sui generis* — incomparável aos outros — e em que percorrer o caminho todo até o final significa desfazer o trabalho todo de sua jornada anterior. Reduzir o *Tao* a mero produto natural é um passo desse tipo. Até esse ponto, o tipo de explanação reducionista pode redundar em alguma coisa, ainda que a um custo pesado, mas você não pode continuar “reduzindo” as coisas para sempre; ou haverá de descobrir que terá reduzido até a própria explicação. Você não pode “enxergar o que está por trás” das coisas para sempre. O propósito todo de perscrutar alguma coisa é de ver a realidade através dela. É bom que a janela seja transparente, porque a estrada ou o jardim que está lá fora é opaco. Mas imagine o que aconteceria se você conseguisse perscrutá-los também? Não há serventia nenhuma em tentar “enxergar o que está por trás” dos primeiros princípios. Se você perscrutasse tudo, então tudo seria transparente, mas um mundo totalmente transparente é um mundo invisível. “Perscrutar” todas as coisas é o mesmo que não enxergar nada.

Apêndice

Exemplos do Tao

Os seguintes exemplos da Lei Natural são coletados daquelas fontes disponíveis a qualquer um que não seja um historiador profissional. A lista não tem pretensões de completude. Note-se que escritores como Locke e Hooker, que escreveram na perspectiva da tradição cristã, são postos lado a lado com o Novo Testamento. Isso é claro que seria absurdo se eu estivesse tentando coletar testemunhas isoladas do *Tao*. Mas (1) não estou tentando *provar* a sua validade pelo argumento do consenso. Sua validade não pode ser deduzida. Para quem não reconhece a sua racionalidade, nem o consenso universal seria suficiente para prová-lo. (2) A ideia de coletar testemunhos *independentes* pressupõe que as “civilizações” tenham emergido no mundo, independentes umas das outras; ou até que a humanidade teve vários surgimentos independentes nesse planeta. A biologia e a antropologia envolvidas em tal pressuposição seriam extremamente questionáveis. Não se tem qualquer certeza se, alguma vez, houve mais do que uma civilização (no sentido necessário) por toda a história. É, no mínimo, defensável que toda civilização de que se tenha notícia tenha sido derivada de outra civilização e, em última instância, de um único centro — “transmitida” como uma doença contagiosa ou sucessão apostólica.

1. A lei da *benevolência geral*

(A) NEGATIVO

“Não matei ninguém.”

(Egípcio antigo, de Confissões da alma de um justo, “Livro dos mortos”, v. *Encyclopedia of Religion and Ethics* [= *ERE*; Enciclopédia de religião e ética] vol. v, p. 478)

-----◆-----
“Não matarás.”

(Judaico antigo. Êxodo 20:13)

-----◆-----
“Não faça terror com ninguém que Deus não fará terror contigo.”

(Egípcio antigo. Preceitos de Ptahhetep. H. R. Hall, *Ancient History of the Near East* [História antiga do Oriente Próximo], p. 133n)

-----◆-----
“Em Nástrond (= Inferno) eu vi... assassinos.”

(Nórdico antigo. *Volospá* 38, 39)

-----◆-----
“Não trouxe tormento para meus companheiros. Eu não tornei o início de cada dia árduo na perspectiva daqueles que trabalham para mim.”

(Egípcio antigo, de Confissões da alma de um justo, *ERE* v. 478)

-----◆-----
“Não fui ganancioso.”

(Egípcio antigo. *Ibid.*)

-----◆-----
“Aquele que maquina a opressão, destrói o seu lar.”

(Babilônio. *Hino a Samas*. *ERE* v. 445)

----->◆<-----
“Aquele que é cruel e calunioso tem o caráter de um gato.”
(Hindu. Leis de Manu. Janet, *Histoire de la Science Politique* [História da ciência política], vol. i, p. 6)

----->◆<-----
“Não calunieis.”
(Babilônio. *Hino a Samas. ERE* v. 445)

----->◆<-----
“Não darás falso testemunho contra o teu próximo.”
(Judaico antigo. Êxodo 20:16)

----->◆<-----
“Não pronuncieis uma palavra que possa ferir alguém.”
(Hindu. Janet, p. 7)

----->◆<-----
“Por acaso ele... afastou um homem honesto de sua
família? Quebrou os laços fortes de um clã?
(Babilônio. Lista de pecados das tábuas de encantamento. *ERE* v. 446)

----->◆<-----
“Não fui causador de fome. Não provoquei lágrimas.”
(Egípcio antigo. *ERE* v. 478)

----->◆<-----
“Nunca faça aos outros o que não gostaria que fizessem
com você.”
(Chinês antigo. *The Analects of Confucius* [Os analectos de Confúcio], trad. A. Waley, xv. 23; cf. xii. 2)

----->◆<-----
“Não guardem ódio contra o seu irmão no seu coração.”
(Judaico antigo. Levítico 19:17)

----->◆<-----
“Aquele cujo coração está minimamente sintonizado com a
bondade não desgostará de ninguém.”
(Chinês antigo. *Analectos*, iv. 4)

(B) POSITIVO

“A natureza exorta o homem a desejar que a sociedade exista e a ingressar nela.”

(Romano. Cícero, *De Officiis*, I. iv)



“Pela Lei fundamental da Natureza, o Homem [deve] ser maximamente preservado.”

(Locke, *Treatises of Civil Govt* [Tratado sobre o governo civil]. ii. 3)



“Quando o povo tiver se multiplicado, o que deve ser feito por ele? O Mestre disse: ‘Faze-o prosperar’. Jan Ch’iu disse: ‘E quando já estiver próspero, o que deve ser feito por ele?’
O Mestre disse: ‘Instruí-o’.”

(Chinês antigo. *Analectos*, xiii. 9)



“Fale gentilmente... demonstre boa vontade.”

(Babilônio. *Hino a Samas*, *ERE* v. 445)



“Os seres humanos foram trazidos à existência por causa dos homens, para que façam o bem uns aos outros.”

(Romano. Cícero. *De Off.* I. vii)



“O Homem é o prazer do homem.”

(Nórdico antigo. *Hávamál* 47)



“Aquele a quem forem pedidas esmolas, sempre deve dá-las.”

(Hindu. Janet, i. 7)



“Que homem bom não considera qualquer desgraça como algo da conta dele?”

(Romano. Juvenal xv. 140)



“Sou um homem: nada do que é humano me é alheio.”

(Romano. Terence, *Heaut. Tim.*)

-----▶◀-----

“Ame cada um o seu próximo como a si mesmo.”

(Judaico antigo. Levítico 19:18)

-----▶◀-----

“O estrangeiro (...) amem-no como a si mesmos.”

(Judaico antigo. Ibid. v. 33, 34)

-----▶◀-----

“Assim, em tudo, façam aos outros o que vocês querem que
eles lhes façam.”

(Cristão. Mateus 7:12)

2. A lei da *benevolência especial*

“O homem nobre dedica seus esforços às Raízes, uma vez estabelecidas, o Caminho se alarga. Ser um bom filho e um jovem obediente é, quiçá, a Raiz do caráter benevolente.”

(Chinês antigo. *Analectos*, i. 2)

----->◆<-----

“Se irmãos lutarem entre si, serão uma maldição uns para com os outros.”

(Nórdico antigo. *Account of the Evil Age Before the World's End* [Descrição dos tempos malignos antes do fim dos tempos], *Volospá* 45)

----->◆<-----

“Por acaso ele insultou a sua irmã mais velha?”

(Babilônio. Lista de pecados. *ERE* v. 446)

----->◆<-----

“Você os verá cuidando de seus filhos [e] dos filhos de seus amigos... sem nunca reprová-los por nada.”

(Indígena. Le Jeune, citado por *ERE* v. 437)

----->◆<-----

“Ama a sua esposa persistentemente. Alegria o coração dela por toda a vida.”

(Egípcio antigo. *ERE* v. 481)

----->◆<-----

“Para um homem razoável, nada poderá mudar os deveres do parentesco.”

(Anglo-saxão. *Beowulf*, 2600)

----->◆<-----

“Acaso Sócrates não amou a seus próprios filhos, embora ele o tenha feito como um homem livre e que não se esquecia de que os deuses têm o primeiro direito sobre nossa amizade?”

(Grego, Epiteto, iii. 24)



“A afeição natural é a coisa certa e que está de acordo com a Natureza.”

(Grego. Ibid. 1. xi)



“Não devo ser insensível feito uma estátua, mas devo honrar tanto minhas relações naturais quanto artificiais, como um adorador, um filho, um irmão, um pai, um cidadão.”

(Grego. Ibid. 111. ii)



“Essa é a primeira coisa que tenho a lhe dizer: sê correto para com os do teu sangue. Não te vingues, nem mesmo daqueles que lhe fizeram mal.”

(Nórdico antigo. *Sigdrifumál*, 22)



“Será que são apenas os filhos de Atreus que amam as suas esposas? Pois todo homem bom, que é razoável, ama e cuida do que é seu.”

(Grego. Homero, *Ilíada*, ix. 340)



“A união e a comunhão dos homens serão mais bem preservadas se cada um receber mais gentileza à medida que se torna mais íntimo de nós.

(Romano. Cícero. *De Off.* I. xvi)



“Parte de nós é reivindicada pela nossa pátria; parte, pelos nossos pais; parte, por nossos amigos.”

(Romano. Ibid. I. vii)



“Se um governante... ocasionasse a salvação de todo um país, será que não o chamarias, com certeza, de ‘bom’? Disse o Mestre: já não seria o caso de chamá-lo ‘bom’. Ele sem dúvida seria um Sábio Divino.”

(Chinês antigo. *Analectos*, vi. 28)

-----▶◆◀-----

“Será que você não percebe que, aos olhos dos deuses e dos homens bons, sua terra natal é mais digna de honra e culto e veneração que a sua mãe e seu pai e todos os seus ancestrais? Que você deve dar uma resposta mais branda ao furor dela, do que ao furor do seu pai? Que, se você não consegue persuadir a mesma a mudar de ideia, você deve obedecê-la em silêncio, por mais que isso te prenda ou castigue ou o mande para a guerra, onde você possa se ferir ou morrer?”

(Grego. Platão, *Crito*, 51, a, b)

-----▶◆◀-----

“Se alguém não cuida de seus parentes, e especialmente dos de sua própria família, negou a fé.”

(Cristão. 1Timóteo 5:8)

-----▶◆◀-----

“Lembre a todos que se sujeitem aos governantes, e às autoridades.” [...] “Antes de tudo, recomendo que se façam súplicas, orações, intercessões e ações de graças por todos os homens; pelos reis e por todos os que exercem autoridade.”

(Tito 3:1 e 1Timóteo 2:1, 2)

3. Deveres para com *parentes, mais velhos e ancestrais*

“Teu pai é uma imagem do Senhor da Criação; tua mãe, a imagem da Terra. Para aquele que deixa de honrá-los, toda boa obra piedosa é vã. Esse é o dever primordial.”

(Hindu. Janet, i. 9)

----->◆<-----
“Por acaso ele desonrou pai e mãe”

(Babilônio. Lista de pecados. *ERE* v. 446)

----->◆<-----
“Fui um cajado ao lado de meu Pai... Segui prontamente ao seu comando.”

(Egípcio antigo. Confissões da alma de um justo. *ERE* v. 481)

----->◆<-----
“Honra teu pai e tua mãe.”

(Judaico antigo. Êxodo 20:12)

----->◆<-----
“Cuidar dos parentes.”

(Grego. Lista de deveres em Epiteto, III. vii)

----->◆<-----
“As crianças, os idosos, os pobres e os doentes devem ser considerados senhores da atmosfera.”

(Hindu. Janet, i. 8)

----->◆<-----
“Levantem-se na presença dos idosos, honrem os anciãos.”

(Judaico antigo. Levítico 19:32)

----->◆<-----
“Eu cuidei do idoso, dei-lhe o meu cajado.”

(Egípcio Antigo. *ERE* v. 481)

----->◆<-----
“Você os verá cuidando... do homem idoso.”

(Indígena. Le Jeune, citado por *ERE* v. 437)

----->◆<-----
“Eu não mexi nas oferendas dos mortos bem-aventurados.”

(Egípcio antigo. Confissões da alma de um justo. *ERE* v. 478)

----->◆<-----
“Quando se mostra o respeito devido pelos mortos no fim e
daí por diante, mesmo depois que eles estão longe, a força
moral (*tê*) de um povo alcançou o seu ponto mais alto.”

(Chinês antigo. *Analectos*, i. 9)

4. Deveres para com os *filhos* e a *posteridade*

“As crianças, os idosos, os pobres etc., devem ser considerados os senhores da atmosfera.”

(Hindu. Janet, i. 8)

-----▶◆◀-----
“Casar e ter filhos.”

(Grego. Lista de deveres. Epiteto, III. vii)

-----▶◆◀-----
“Consegues conceber uma cidade que fosse governada segundo as ideias de Epicuro?... O que aconteceria? Como a população se sustentaria? Quem iria educá-los? Quem seria o instrutor dos adolescentes? Quem seria o instrutor de treinamento físico? O que seria ensinado?”

(Grego. Ibid.)

-----▶◆◀-----
“A Natureza produz um amor especial pela descendência” e
“Viver de acordo com a Natureza é o supremo bem.”

(Romano. Cícero, *De Off.* I. iv, e *De Legibus*, I. xxi)

-----▶◆◀-----
“A segunda dessas conquistas não é menos gloriosa do que a primeira; pois, enquanto a primeira fez o bem em uma ocasião, a segunda seguirá beneficiando o estado para sempre.”

(Romano. Cícero. *De Off.* I. xxli)

-----▶◆◀-----
“Grande reverência é devida a um filho.”

(Romano. Juvenal, xiv. 47)



“Disse o mestre: respeita os jovens.”

(Chinês antigo. *Analectos*, ix. 22)



“A matança de mulheres e, mais especialmente, dos
meninos e meninas pequenos, que serão a força futura do
povo, é a parte mais triste... e sentimo-la com muita dor.”

(Indígena. *Account of the Battle of Wounded Knee* [Relato do massacre de
Wounded Knee]. *ERE* v. 432)

5. A lei da *justiça*

(A) JUSTIÇA SEXUAL

“Por acaso ele abordou a esposa do seu próximo?”

(Babilônio. Lista de pecados. *ERE* v. 446)

-----><-----

“Não adulterarás.”

(Judaico antigo. Êxodo 20:14)

-----><-----

“Em Nástrond (= inferno) eu vi... tapeadores das esposas dos outros.”

(Nórdico antigo. *Volospá* 38, 39)

(B) HONESTIDADE

“Por acaso ele traçou falsas demarcações de terra?”

(Listas de pecados. *ERE* v. 446)

-----><-----

“Enganar, roubar, ocasionar o roubo.”

(Babilônio. *Ibid.*)

-----><-----

“Não roubei nada.”

(Egípcio antigo. Confissões da alma de um justo. *ERE* v. 478)

-----><-----

“Não furtarás.”

(Judaico antigo. Êxodo 20:15)

-----><-----

“Prefira a perda ao lucro indébito.”

(Grego. Chilon Fr. 10. Diels)

----->◆<-----
“A justiça é a intenção determinada e permanente de dar a cada pessoa o que lhe é devido.”

(Romano. Justiniano, *Instituições*, I. i)

----->◆<-----

“Se o nativo fizesse algum tipo de ‘descoberta’ (por exemplo, uma árvore de mel) e a demarcasse, a partir daí ela lhe pertenceria, pelo menos para os próprios membros da tribo, sem importar por quanto tempo ele a tivesse abandonado.”

(Aborígenes australianos. *ERE* v. 441)

----->◆<-----

“O primeiro ponto da justiça é que ninguém deve cometer nenhuma maldade para com o outro, a menos que ele tenha sido atacado primeiro pelo mau comportamento do outro. O segundo é que uma pessoa deve tratar a propriedade comum como bem comum e a propriedade privada como a sua própria. Não há tal coisa como propriedade privada por natureza, mas coisas que se tornaram privadas ou pela ocupação anterior (como quando os homens da antiguidade chegaram em um território desocupado) ou por conquista, ou pela lei, ou acordo, ou estipulação, ou por lançar de sortes.

(Romano. Cícero, *De Off.* I. vii)

(C) JUSTIÇA NO TRIBUNAL ETC.

“Aquele que não aceita suborno... agrada a Samas.”

(Babilônio. *ERE* v. 445)

----->◆<-----

“Eu não caluniei o escravo diante do seu dono.”

(Egípcio antigo. Confissões da alma de um justo. *ERE* v. 478)

----->◆<-----

“Não darás falso testemunho contra o teu próximo.”

(Judaico antigo. Êxodo 20:16)

----->◆<-----

“Considerai aquele que conheceis na mesma medida que
aquele que não conheceis.”

(Egípcio antigo. *ERE* v. 482)



“Não cometam injustiça num julgamento; não favoreçam os
pobres nem procurem agradar os grandes.”

(Judaico antigo. Levítico 19:15)

6. A lei da *boa-fé* e da *veracidade*

“Um sacrifício é obliterado por uma mentira e o mérito das
almas por uma fraude.”

(Hindu. Janet, i. 6)



Da boca, cheia de mentiras, não se aproveita nada: tu
queimarás todas.”

(Babilônio. *Hino a Samas. ERE* v. 445)



“Por acaso sua boca estava cheia de ‘sins’, enquanto o seu
coração estava cheio de “nãos”?

(Babilônio. *ERE* v. 446)



“Não falei nenhuma falsidade.”

(Egípcio antigo. Confissões da alma de um justo. *ERE* v. 478)



“Não busquei trapacear nem dizer juramentos falsos.”

(Anglo-saxão. *Beowulf*, 2738)



“Disse o mestre: seja de inabalável boa-fé.”

(Chinês antigo. *Analectos*, viii. 13)



“Em Nástrond (= inferno) eu vi perjuros.”

(Nórdico antigo. *Volospá* 39)



“É tão odioso para mim quanto os portões do Hades o
homem que diz uma coisa e esconde outra no seu coração.”

(Grego. Homero. *Ilíada*, ix. 312)



“O fundamento da justiça é a boa-fé.”

(Romano. Cícero, *De Off.* I. vii)



“[O cavaleiro] deve aprender a ser fiel aos seus superiores
e a cumprir suas promessas.”

(Chinês antigo. *Analectos*, i. 8)



“Qualquer coisa é melhor do que a traição.”

(Nórdico antigo. *Hávamál* 124)

7. A lei da *misericórdia*

“Os pobres e doentes devem ser considerados os senhores da atmosfera.”

(Hindu. Janet, i. 8)

-----><-----

“Quem intercede pelos fracos agrada a Samas.”

(Babilônio. *ERE* v. 445)

-----><-----

“Por acaso ele deixou de libertar um preso?”

(Babilônio. Lista de pecados. *ERE* v. 446)

-----><-----

“Dei pão aos famintos, água aos sedentos, roupas aos esfarrapados e um barco aos que não o tinham.”

(Egípcio antigo. *ERE* v. 446)

-----><-----

“Não se deve nunca bater numa mulher; nem mesmo com uma flor.”

(Hindu. Janet, i. 8)

“Portanto, Thor, você cai em desgraça, quando bate em mulheres.”

(Nórdico antigo. *Hárbarthsljóth* 38)

-----><-----

“Na tribo Dalebura, uma mulher, que era aleijada de nascença, foi carregada pelo povo da tribo por todos os lados até os seus sessenta e seis anos de idade”... “Eles nunca abandonam os doentes.”

(Aborígenes australianos. *ERE* v. 443)

-----><-----

“Você vai vê-los tomando conta de... viúvas, órfãos e idosos
sem nunca repreendê-los.”

(Indígena. *ERE* v. 439)



“Ao nos atribuir o poder de chorar, a Natureza demonstra ter
dado os corações mais mansos à raça humana. Isso é o que
há de melhor em nós.”

(Romano. Juvenal, xv. 131)



“Dizem que ele foi o mais manso e gentil de todos os reis do
mundo.”

(Anglo-saxão. Louvor ao herói em *Beowulf*, 3180)



“Quando vocês estiverem realizando a colheita de sua
lavoura e deixarem um feixe de trigo para trás, não voltem
para apanhá-lo. Deixem-no para o estrangeiro, para o órfão
e para a viúva.”

(Judaico antigo. Deuteronômio 24:19)

8. A lei da *magnanimidade*

(A)

“Há dois tipos de injustiça: a primeira se encontra naqueles que prejudicam os outros, a segunda, naqueles que falham em proteger outra pessoa do prejuízo quando podem.”

(Romano. Cícero, *De Off.* I. vii)

“Os homens sempre souberam que quando expostos à violência e ao dano eles poderiam defender uns aos outros; eles sabem muito bem que qualquer pessoa que busque a sua própria comodidade em prejuízo dos outros, não deve ser tolerada, mas combatida por todos os homens com todos os meios lícitos.”

(Egípcio antigo. Faraó Senusert III, cit. H. R. Hall, *História antiga do Oriente Próximo*, p. 161)

“Eles chegaram aos campos do júbilo, o prado fresco das florestas frondosas e a habitação dos bem-aventurados... aqui se encontravam na companhia daqueles que sofreram ferimentos na luta por sua pátria.”

(Romano. Virgílio, *Eneida*, vi. 638-9, 660)

“A coragem deve se tornar mais forte; o coração, mais resistente; o espírito, mais austero, à medida que nossas forças se vão. Aqui jaz nosso senhor, cortado em pedaços, nosso melhor homem caído no pó. Se algum de vós pensar em abandonar esta batalha, gemerá para sempre.”

(Anglo-saxão. *Maldon*, 312)

----->◆<-----
“Louvai e imitai o homem para o qual, conquanto a vida seja prazerosa, a morte não é sofrida.”

(Estoico, Sêneca, *Ep.* liv)

----->◆<-----
“Disse o mestre: ame aprender e, caso seja atacado, esteja pronto para morrer pela causa justa.”

(Chinês antigo. *Analectos*, viii. 13)

(B)

“A morte deve ser preferida à escravidão e ao opróbrio.”

(Romano. Cícero, *De Off.* I, xxiii)

----->◆<-----
“A morte é preferível para qualquer um à vida vergonhosa.”

(Anglo-saxão. *Beowulf*, 2890)

----->◆<-----
“A Natureza e a Razão mandam que nada feio, nada efeminado, nada lascivo, seja feito ou pensado.”

(Romano. Cícero, *De Off.* I. iv)

----->◆<-----
“Não devemos dar ouvidos àqueles que nos alertam a ‘pensar pensamentos humanos por sermos humanos e a termos pensamentos mortais por sermos mortais’, mas temos que nos vestir ao máximo de imortalidade e fazer tudo para viver de acordo com a nossa melhor parte, a qual mesmo sendo reduzida, sobrepuja todo o resto em termos de poder e honra.”

(Grego antigo. Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1177 b)

----->◆<-----
“A alma, então, deve conduzir o corpo; e o espírito das nossas mentes, a alma. Essa é, portanto, a primeira lei pela qual o maior poder da mente requer obediência de todo o resto.”

(Hooker, op. cit. I. viii. 6)

-----▶◀-----
“Não deixe que ele deseje morrer, não o deixe desejar viver,
deixe-o aguardar a sua hora certa... deixe-o suportar
pacientemente palavras duras, abstendo-se inteiramente de
prazeres corporais.”

(Indiano antigo. Leis de Manu. *ERE* ii. 98)

-----▶◀-----

“Aquele que é imóvel, que refreou os seus sentidos... esse é
mais conhecido como devoto. Como uma chama em um
lugar sem vento que não trepida, assim é o devoto.”

(Indiano antigo. *Bhagavad gita*. *ERE* ii 90)

(C)

“Por acaso o amor pela sabedoria não é um treinamento
para a morte?”

(Antigo grego. Platão, *Fédon*, 81 a)

-----▶◀-----

“Sei que fiquei pendurado na forca por nove noites, ferido de
espada, oferecendo-me para mim mesmo como um
sacrifício para Odin.”

(Nórdico antigo. *Hávamál*, l. 10 em *Corpus Poeticum Boreale*; estrofe 139 em
Hildebrand's *Lieder der Älteren Edda* [Canções da Edda mais antiga]. 1922)

-----▶◀-----

“Digo-lhes verdadeiramente que se o grão de trigo não cair
na terra e não morrer, continuará só. Mas se morrer, dará
muito fruto. Aquele que ama a sua vida, a perderá”

(Cristão, João 12:24, 2)

Notas finais

Homens sem peito

¹ *Livro verde*, p. 19, 20.

² *Ibid.*, p. 53.

³ Francis Drake (1540-1596), famoso explorador inglês que ajudou a ampliar o poder da Inglaterra durante o reinado de Elizabeth I. [N. E.]

⁴ *Journey to the Western Islands* [Jornada para as Ilhas Ocidentais] (Samuel Johnson).

⁵ *The Prelude* [O prelúdio], viii, ll., p. 549-59.

⁶ *Livro verde*, p. 53-5.

⁷ Livro de Orbílio, p. 5.

⁸ Orbílio é tão superior a Gaio e Tito que ele estabelece um contraste entre um texto bem escrito sobre animais e um texto condenável. Infelizmente, entretanto, a única superioridade que ele realmente demonstra no segundo excerto é sua superioridade em termos de verdade dos fatos. O problema especificamente literário (do uso e abuso de expressões que são falsas *secundum litteram*) não é abordado. Orbílio, de fato, nos diz (p. 97) que devemos “aprender a distinguir entre uma afirmação figurada de forma legítima e ilegítima”, mas nos ajuda muito pouco a pôr isso em prática. Ao mesmo tempo é preciso ser justo e registrar minha opinião de que a sua obra esteja num nível bem diferente do *Livro verde*.

⁹ *Ibid.*, p. 9.

¹⁰ *Defence of Poetry* [Em defesa da poesia].

- ¹¹ *Centuries of Meditations* [Séculos de meditações], i, 12.
- ¹² *De Civ. Dei*, xv. 22. Cf. *ibid.* ix. 5, xi. 28.
- ¹³ *Eth. Nic.* [Ética a Nicômaco], p. 1104 b.
- ¹⁴ *Ibid.*, p. 1095 b.
- ¹⁵ *Laws* [Das leis], p. 653.
- ¹⁶ *Republic* [A república], p. 402 a.
- ¹⁷ A. B. Keith, s.v. “Righteousness (Hindu)” *Encyclopedia of Religion and Ethics*, [Enciclopédia de religião e ética], vol. x.
- ¹⁸ *Ibid.* vol. ii, p. 454 b; iv. 12 b; ix. 87 a.
- ¹⁹ *The Analects of Confucius* [Os analectos de Confúncio], trad. Arthur Waley, Londres, 1938, i. 12.
- ²⁰ Salmos 119:151. A palavra é *emeth*, “verdade”. Onde a *Satya* das fontes indianas enfatiza a verdade como “correspondência”, *emeth* (que está ligado ao verbo que significa “ser estável”) enfatiza, antes, a confiabilidade ou a credibilidade da verdade. *Fidelidade e permanência* são traduções alternativas sugeridas pelos hebraístas. *Emeth* é aquilo que não engana, não se “dá”, não muda, aquilo que contém as águas. (Veja T. K. Cheyne em *Encyclopedia Biblica* [Enciclopédia bíblica], 1914, s.v. “Truth”.)
- ²¹ *Republic* [A república], 442 b, c.
- ²² Alanus ab Insulis. *De Planctu Naturae Prosa*, iii.

O caminho

¹ “Mata-nos antes às claras”, frase de um trecho maior de *Ilíada* de Homero: “Zeus pai! Salva da escuridão os filhos dos Aqueus: torna o ar límpido e concede-nos que vejamos com os olhos! *Mata-nos antes às claras*, visto que tal é a tua intenção”, *Ilíada*, livro XVII, Penguin-Companhia, 2013. [N. E.]

² A filosofia verdadeira (talvez inconsciente) de Gaio e Tito se torna clara se contrastamos as seguintes duas listas de coisas aprovadas e desaprovadas:

- a. *Desaprovadas*: O apelo de uma mãe a um filho para ser “corajoso” é “tolo” (*Livro verde*, p. 62). A referência à palavra “cavalheiro” é “extremamente vaga” (ibid.). “Chamar um homem de covarde não nos diz nada de verdade sobre o que ele faz” (p. 64). Os sentimentos em relação a um país ou império são sentimentos “que não se referem a nada em particular” (p. 77).
- b. *Aprovadas*: São tais aqueles que preferem as artes da paz às artes da guerra (não se diz em que circunstâncias) que podemos querer chamá-los de “homens sábios” (p. 65). Espera-se que o aluno “acredite na comunidade democrática da vida” (p. 67). “O contato com as ideias das outras pessoas é, como todos sabem, muito saudável” (p. 86). A razão para haver banheiros (é mais agradável e saudável conviver com as pessoas quando elas estão limpas) é “óbvia demais para que necessite ser mencionada” (p. 142). Fica claro que o conforto e a segurança, que vemos nas ruas dos bairros residenciais em tempos de paz, são os valores supremos; são desaprovadas aquelas coisas capazes de produzir ou espiritualizar, sozinhas, conforto e segurança. Só de pão vive o homem, e a fonte derradeira do pão

é o carrinho do padeiro; a paz importa mais do que a honra e pode ser preservada vaiando os coronéis e lendo os jornais.

³ O esforço mais contundente que eu conheço no sentido de construir a teoria do valor com base na “satisfação de impulsos” foi o empenhado pelo Dr. I. A. Richards em *Principles of Literary Criticism* [Princípios da crítica literária] (1924). A velha objeção para definir valor como satisfação é o juízo de valor universal de que “é melhor ser um Sócrates insatisfeito, do que um porco satisfeito”. O Dr. Richards se empenha em mostrar que nossos impulsos podem ser arranjados em uma hierarquia e que algumas satisfações sejam preferíveis a outras, sem um apelo a nenhum outro critério que não seja a própria satisfação. Ele faz isso seguindo a doutrina de que alguns impulsos são mais “importantes” do que outros — sendo que um impulso *importante é aquele cuja frustração envolve a frustração de outros impulsos. Uma boa sistematização (isto é, a boa vida) consiste em satisfazer tantos impulsos quanto possível; o que implica satisfazer os “importantes” às expensas dos “desimportantes”*. As objeções a esse esquema são, para mim, duas:

1. Sem uma teoria da imortalidade, não se tem espaço para o valor da morte digna. É claro que se pode dizer que uma pessoa, que tenha salvado a sua vida pela traição sofrerá frustrações pelo resto de sua vida, mas não, certamente, a frustração de *todos* os seus impulsos. Já os mortos não têm sequer *uma* única satisfação. Ou será que se está sustentando que, pelo fato de ele não ter impulsos insatisfeitos, ele está em melhor situação do que os homens vivos e desgraçados? Isso nos leva, desde já, à segunda objeção.
2. Será que o valor da sistematização deve ser julgado pela presença de satisfações e insatisfações? O caso extremo é aquele do homem morto em quem satisfações e insatisfações (na visão moderna) são iguais a zero, contra o traidor bem-sucedido que continua podendo comer, beber, dormir, se coçar e copular, apesar de ele não poder ter amizades ou amor ou respeito próprio. Mas o problema aparece em outros níveis. Suponha que A tenha apenas 500 impulsos e todos sejam

satisfeitos, e que *B* tenha 1.200 impulsos, dos quais 700 são satisfeitos e 500, não: Qual tem a melhor sistematização? Não há dúvida sobre qual o Sr. Richards prefere realmente — ele até mesmo louva a arte com base no fato de que ela nos torna “descontentes” com a vulgaridade ordinária! (op. cit., p. 230) O único traço que eu encontro de uma base filosófica para essa preferência é a declaração de que “quanto mais complexa a atividade, mais consciente ela é” (p. 109). Mas se a satisfação é o único valor, por que o aumento da consciência deveria ser bom? Pois a consciência é a condição de todas as insatisfações, bem como de todas as satisfações. O sistema do Dr. Richards não dá suporte à sua (nem à nossa) preferência real pela vida civil, em detrimento da selvagem; e pelo humano, em detrimento do animal — ou mesmo pela vida em detrimento da morte.

⁴ Os expedientes desesperados para os quais o homem pode ser induzido, se ele tentar basear os valores nos fatos, foram bem ilustrados pelo objetivo do Dr. C. H. Waddington's em *Science and Ethics* [Ciência e Ética]. O Dr. Waddington explica que “a existência é a sua própria justificação” (p. 14) e escreve: “Uma existência que seja essencialmente evolucionária é, em si mesma, a justificativa para uma evolução rumo a uma existência mais abrangente” (p. 17). Não acho que o próprio Dr. Waddington esteja tranquilo com essa visão, pois ele se esforça por nos recomendar o curso da evolução, fundado em três bases que são bem diferentes de sua mera ocorrência. (a) Que os estágios finais incluem ou “abrangem” os anteriores. (b) Que o quadro da evolução de T. H. Huxley não lhe causará revolta, se você a ele se referir do ponto de vista “atuarial”. (c) Que, de qualquer forma, afinal de contas, o quadro não é tão ruim como as pessoas pintam (“não tão moralmente ofensivo que não o possamos aceitar”, p. 18). Esses três paliativos são mais creditáveis ao coração do Dr. Waddington, do que à sua cabeça, e me parecem fazê-lo ter que abrir mão da sua posição principal. Se a evolução é louvada (ou, pelo menos, defendida) com base em *quaisquer* propriedades que ela exiba, então estaremos usando um padrão externo, e a tentativa de fazer da existência a sua própria justificativa terá sido abandonada. Se essa tentativa é mantida, por que é que o Dr. Waddington se concentra na evolução, isto é, em

uma fase temporária da existência orgânica em um só planeta? Isso é “geocentrismo”. Se “Bom” for “qualquer coisa que a Natureza esteja criando”, então certamente devemos notar o que a Natureza está fazendo como um todo; e a Natureza como um todo, entendo eu, está trabalhando de forma estável e irreversível rumo a uma extinção final de toda a vida em toda e qualquer parte do universo. De modo que a ética do Dr. Waddington, se for extirpada de seu viés irresponsável em relação a um caso tão paroquial quando a biologia telúrica, faria com que só nos restassem dois deveres; o assassinato e o suicídio. Confesso que até mesmo isso me parece ser uma objeção menor do que a discrepância entre o primeiro princípio do Dr. Waddington e os juízos de valor que os homens elaboram na realidade. Valorizar algo simplesmente porque ocorre é, na verdade, cultuar o sucesso, como Quislings ou homens de Vichy. Outras filosofias mais perversas já foram vislumbradas, mas nenhuma é tão vulgar. Estou longe de sugerir que o Dr. Waddington esteja praticando, na vida real, uma prostração tão humilhante diante do *fait accompli*. Vamos esperar que a obra *Rasselas*, cap. 22, nos forneça o quadro real daquilo a que a sua filosofia corresponde em ação. (“O filósofo, supondo que os outros tenham sido derrotados, levantou-se e partiu com o ar de quem cooperou com o sistema vigente.”)

⁵ Famosa frase romana (em latim) que se traduz como: “Nada do que é humano me é alheio”. [N. T.]

⁶ Veja o Apêndice.

⁷ A língua, uma simplificação do inglês, foi criada por Charles Kay Ogden em 1930; mais tarde, foi usada como inspiração para a *novafala* do livro 1984 de George Orwell. [N. E.]

⁸ *Analects of Confucius* [Analectos de Confúncio], xv. 39.

⁹ *Eth. Nic.* [Ética a Nicômaco], 1095 b, 1140 b, 1151 a.

¹⁰ João 7:49. O emissor o disse com más intenções, mas com mais verdade do que ele pretendia. Cf. João 13:51.

¹¹ Marcos 16:6.

¹² *República* [República], 402 a.

¹³ Filipenses 3:6.

A abolição do homem

¹ *The Boke Named the Governour* [O livro chamado O Governador], l. iv: “Todos os homens, exceto os médicos, deveriam ser mantidos longe dos berçários”. l. vi: “Depois que uma criança atingiu os sete anos de idade (...) o mais aconselhável é privá-la de toda e qualquer companhia de mulheres.”

² *Some Thoughts Concerning Education* [Reflexões sobre educação], §7: “Eu também recomendo que seus *pés sejam lavados* todos os dias em água fria e que tenham sapatos tão finos e permeáveis que *deixam a água passar*, sempre que chegarem perto dela.” §174: “Se ele tiver uma veia poética, para mim seria a coisa mais estranha do mundo o pai desejar ou tolerar que isso seja apreciado ou desenvolvido. Creio que os pais devem se empenhar para que essa tendência seja sufocada e reprimida tanto quanto possível”. Ainda assim, Locke é um dos nossos educadores mais sensíveis.

³ Provérbio em latim que significa: “como quero, assim ordeno”. [N. T.]

⁴ O Deus que morre, como no caso do mito nórdico de Balder, presente em grande parte da mitologia agrícola de todo o mundo, é um dos arquétipos que Lewis mais explora em seus escritos, embora não o chame assim. Aliás, para os estudiosos de sua obra, a influência de Jung é bem pouco clara. [N. T.]

⁵ Analogia feita com a matemática, em que M.D.C. é o máximo divisor comum. [N. T.]

⁶ *Dr. Fausto*, p. 77-90.

⁷ *Advancement of Learning* [O avanço do aprendizado], livro 1 (p. 60 em Ellis e Spedding, 1905; p. 35 na edição Everyman Edition).

⁸ *Filum Labyrinthi*, i.

A abolição do *homem*

Outros livros de C. S. Lewis pela
THOMAS NELSON BRASIL

Cartas de um diabo a seu aprendiz
Cristianismo puro e simples
Os quatro amores
O peso da glória